

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED**

**CURSO DE HISTÓRIA**

**JOECI DE OLIVEIRA JUNIOR**

**UM EDUCADOR – DEPUTADO: A atuação do Professor Elpídio Barbosa na  
Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1951-1955)**

FLORIANÓPOLIS, SC

2015

**JOECI DE OLIVEIRA JUNIOR**

**UM EDUCADOR – DEPUTADO: A ATUAÇÃO DO PROFESSOR ELPÍDIO BARBOSA  
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA (1951-1955)**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel e Licenciado em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Teresa Santos Cunha

**FLORIANÓPOLIS, SC**

**2015**

## **JOECI DE OLIVEIRA JUNIOR**

### **UM EDUCADOR – DEPUTADO: A ATUAÇÃO DO PROFESSOR ELPÍDIO BARBOSA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA (1951-1955)**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel e Licenciado em História.

#### **Banca Examinadora**

Orientadora \_\_\_\_\_

Maria Teresa Santos Cunha

Doutora em História

Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro \_\_\_\_\_

Maria Fernanda Batista Faraco Werneck de Paula

Doutoranda em Educação

Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro \_\_\_\_\_

Pedro Eurico Rodrigues

Doutorando em História

Universidade de São Paulo

**Florianópolis, 18 de novembro de 2015**

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho simboliza o fim de um ciclo, que foi a graduação, então todos que de alguma maneira fizeram parte e contribuíram neste período devem ser contemplados por agradecimentos. Na vida pessoas permanecem por um tempo e depois se vão, poucas permanecem, mas isso não é algo necessariamente ruim. De toda forma, meus sinceros agradecimentos a todos que participaram ou ainda participam da minha vida neste momento.

Entretanto dedico um especial agradecimento a algumas pessoas que tiveram um papel reconhecidamente mais relevante. Gostaria de agradecer profundamente à minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Maria Teresa Santos Cunha, a qual sem sombras de dúvida marcou minha graduação, agradeço por todos os ensinamentos, pelas importantes orientações, por toda a paciência com meus equívocos e deslizes e pelas prazerosas conversas. Espero ter a prazer desta convivência por mais tempo.

Quero agradecer também aos integrantes do grupo de estudos no qual estou inserido, o GEHCEL, pelas reuniões que sempre ajudaram e motivaram muito a minha pesquisa, as conversas que me abriram horizontes, todos vocês foram muito importantes, desde meus colegas da graduação, os mestrandos e os doutorandos. Mas deixo dois agradecimentos especiais, um para a Prof<sup>a</sup> Maria Fernanda Batista Faraco Werneck de Paula, com certeza aquela conversa que tivemos a mais de um ano no Arquivo Público me ajudou muito a decidir trabalhar com este tema e foi um divisor de águas na minha pesquisa e outro para a Prof<sup>a</sup> Luciana Espindola, que me acompanhou e ajudou em diversas idas aos arquivos, disponibilizando seu tempo e sua atenção com a minha pesquisa e foi de grande importância na elaboração deste trabalho.

Agradeço também a todos os professores e servidores da FAED e da UDESC que contribuíram de alguma forma na minha formação.

Por último agradeço aos meus familiares e amigos pessoais que participaram e contribuíram nesta minha trajetória. Mas com especial destaque para duas pessoas, Dona Sônia, minha mãe, que sempre me apoiou incondicionalmente e ainda apóia até hoje e Dona Maria, minha avó, que é minha segunda mãe e sempre me incentiva. Muito obrigado de coração a todos.

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que ele trazem consigo.

A Ordem do Discurso - Michel Foucault

## RESUMO

Este trabalho busca analisar aspectos da atuação do educador Elpídio Barbosa como Deputado Estadual de Santa Catarina, entre os anos de 1951 e 1955. Elpídio Barbosa foi um intelectual da educação catarinense em meados do século XX, que ocupou diversos cargos no setor administrativo educacional do estado, sendo também um dos responsáveis pela chegada dos ideais da Escola Nova em Santa Catarina. Em 1950 se candidata ao cargo de Deputado Estadual pelo PSD, se elegendo para iniciar seu mandato em 1951, o qual termina em 1955 quando ele não consegue a reeleição. Desta forma, o presente trabalho visa compreender como se deu a atuação de um educador, dentro da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, atuando diretamente no meio político. Para tal serão analisados dois grupos documentais, sendo o primeiro as suas falas nas reuniões da Assembleia e os documentos que trazem os requerimentos e projetos de lei que são assinados por ele ou de sua autoria. Tais documentos serão analisados através dos conceitos de “cultura política” e “história do tempo presente”, através dos quais consegue-se situar Elpídio Barbosa dentro dos jogos políticos, através das suas propostas e redes de sociabilidade e também perceber as permanências de traços desta pesquisa nos dias atuais.

**Palavras-chave:** Elpídio Barbosa. Escola Nova. Cultura Política. Jogos Políticos. História do Tempo Presente.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Recorte de jornal de 1946 encontrado nos <i>tomos</i> de Elpídio Barbosa .....	23
Figura 2- Recorte de jornal de 1951 encontrado nos <i>tomos</i> de Elpídio Barbosa .....	34
Figura 3- Decreto nº 155, Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina .....	38
Figura 4- Requerimento 268, pedido de urgência para projetos referentes à Casa dos Professores de Santa Catarina .....	49
Figura 5- Requerimento 62, enviado a câmara federal, pedindo a aprovação de projeto de lei referente à Casa dos Professores de Santa Catarina .....	50

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 ELPÍDIO BARBOSA E OS JOGOS POLÍTICOS: ANALISANDO ALGUMAS DE SUAS FALAS E DISCUSSÕES NA ALESC (1951-55) .....</b>	<b>21</b>
2.1 MOMENTO CONFLITUOSO: A INAMOBILIDADE DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO.....	28
2.2 CASA DOS PROFESSORES DE SANTA CATARINA: CONCORDÂNCIAS CONVENIENTES .....	34
2.3 OUTROS PROJETOS: OS JOGOS POLÍTICOS EM EVIDÊNCIA .....	38
<b>3 DOCUMENTOS OFICIAIS: ANALISANDO OS REQUERIMENTOS E PROJETOS DE LEI .....</b>	<b>42</b>
3.1 PRIMEIRO GRUPO: VALORIZAÇÃO DA CLASSE EDUCADORA .....	44
3.2 SEGUNDO GRUPO: MELHORIAS NO SISTEMA EDUCACIONAL .....	45
3.3 TERCEIRO GRUPO: ÓRGÃOS DE UTILIDADE PÚBLICA .....	47
3.4 QUESTÕES HUMANITÁRIAS EM PROL DA CLASSE EDUCADORA .....	49
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende realçar a figura do educador e intelectual Elpídio Barbosa (1909-1966), um personagem do cenário político e educacional catarinense desde a década de 1940 do século XX. Esta investigação terá como recorte temporal o seu mandato como deputado estadual de Santa Catarina durante os anos de 1951 a 1955, pelo então PSD (Partido Social Democrático), cargo para o qual se elegeu nas eleições de 1950, após ocupar diversos outros cargos administrativos no setor educacional catarinense,

Este tema foi escolhido com base na minha participação como bolsista de iniciação científica no projeto de pesquisa intitulado “Perfil de uma biblioteca, traços de um leitor: estudos sobre acervos de professores catarinenses - Victor Márcio Konder (1920-2005) e Elpídio Barbosa (1909-1967) 2ª Edição”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Santos Cunha (Departamento de História/ UDESC). A partir de minha inserção nesta pesquisa que aborda os acervos pessoais dessas duas importantes figuras da educação catarinense, foi possível conhecer facetas deste protagonista – Elpídio Barbosa - já que pesquisei em seu acervo, que se encontra salvaguardado, atualmente, no IDCH – Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas - vinculado a UDESC, em Florianópolis.<sup>1</sup>Tal acervo é composto de uma variedade de documentos ligados à educação em Santa Catarina, prioritariamente de cunho administrativo/ profissional, os quais foram guardados pelo próprio Elpídio Barbosa, como revistas educacionais, documentos oficiais, regimentos educacionais, colagens de notícias de jornais, cópias de legislação além de algumas fotografias de suas viagens como inspetor, entre outros.

Quando iniciei esta pesquisa, em agosto de 2014, passei a pesquisar paralelamente a este acervo, documentos sobre esta temática depositados no Arquivo Público de Florianópolis, na busca por documentos oficiais que tivessem alguma relação com Elpídio Barbosa. Apesar de certa dificuldade inicial, encontrei documentos do período em que ele ocupou o cargo de Diretor do Departamento de Educação de Santa Catarina, durante a década de 1940, sendo a maioria desses documentos encontrados datados mais para o final deste período. Esses documentos eram na sua maioria, as chamadas circulares (tipo de instruções que regulavam o fazer educacional) que ele, na posição de Diretor do Departamento de

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.faed.udesc.br/?id=1033> Acessado em 24/11/2015.

Educação do Estado, enviava para as outras instâncias que estavam abaixo dele na hierarquia educacional, como os inspetores escolares, diretores escolares e professores, ou mesmo para dar ciência de suas atividades aos ocupantes de cargos do executivo, como o governador e prefeitos das cidades. Tais circulares tratavam dos mais variados temas, desde instruções, solicitações, congratulações, constatações, entre outras. As circulares criaram, desta maneira, uma maior proximidade entre a pessoa do Diretor Elpídio Barbosa e os demais indivíduos que trabalhavam na educação catarinense, o que é visto como uma marca de sua atuação que reverberou, até 1949, na prática de elaboração de *comunicados* pelos professores e que estavam relacionadas às reuniões pedagógicas efetivadas dentro das escolas primárias catarinenses do período.<sup>2</sup>

Como mencionado, a maioria das circulares encontradas eram do final da década de 1940, justamente o período que antecede a sua eleição para Deputado Estadual de Santa Catarina. Junto a elas também foram encontrados alguns documentos que já faziam menção a este seu próximo cargo, fato que me despertou interesse para pesquisar mais sobre o seu mandato como Deputado Estadual. Entretanto como o Arquivo Público de Santa Catarina não possuía documentação sobre este período de sua carreira, a recomendação foi a de pesquisar no Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que ocupa o térreo do prédio da Assembléia Legislativa de Santa Catarina (ALESC)<sup>3</sup> e conserva documentos dos parlamentares que exerceram mandatos políticos em Santa Catarina.

Neste acervo foram encontrados fundos documentais acerca do tema, de maneira organizada e com fácil acesso. Estes fundos documentais são de caráter oficial e administrativo de Elpídio Barbosa como Deputado Estadual, como requerimentos, comunicados e projetos de lei, de sua autoria ou assinados por ele. O segundo fundo documental que muito me chamou a atenção foram os anais e as atas das reuniões da ALESC entre os deputados nestes períodos, neles encontrei discursos, falas e discussões de Elpídio Barbosa com os seus colegas de bancada durante o seu mandato. Assim, esses dois grupos documentais, juntamente com os documentos encontrados em seu acervo pessoal no IDCH,

---

<sup>2</sup> Ver: WERNECK DE PAULA, Maria Fernanda Batista Faraco, Escola Nova em manuais didáticos de Alfredo Miguel Aguayo (Santa Catarina 1942-1946). Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis (SC). UDESC. 2015. p.11-12.

<sup>3</sup> Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, doravante nomeada como ALESC.

serão de grande relevância para o estudo e entendimento do seu período e de suas ações ao ocupar um cargo no poder legislativo catarinense.

Para o estudo deste tema, se faz necessário um conhecimento acerca da trajetória de Elpídio Barbosa como um todo, visto que ele ocupou diversos cargos no setor educacional catarinense antes de se eleger como Deputado Estadual de Santa Catarina. Elpídio Barbosa nasceu no dia 2 de setembro de 1909, na cidade de Florianópolis. Seus pais eram João de Oliveira Barbosa e Jenny Kumm Barbosa. Sua educação se deu em dois dos colégios mais tradicionais de Florianópolis, Colégio Coração de Jesus e Colégio Catarinense, duas instituições religiosas e particulares de ensino, o que indica que Elpídio Barbosa pertencia a um grupo social de maior poder aquisitivo e também com boa posição social, visto os grupos sociais que normalmente freqüentavam estas instituições de ensino.

Elpídio Barbosa é descendente direto de uma importante figura catarinense, Joaquim Gomes de Oliveira Paiva – conhecido por Arcipreste Paiva - que foi religioso, educador, político, jornalista e poeta brasileiro, vivendo entre os anos de 1821 e 1869, foi membro da Academia Catarinense de Letras e assim como Elpídio Barbosa, foi deputado na Assembléia Provincial de Santa Catarina, e introdutor da escola secundária na província.. Com base nesses fatos pode-se inserir Elpídio Barbosa como pertencente a um grupo da elite catarinense, tanto no âmbito social, como intelectual e por isso se faz necessário fundamentar teoricamente esta abordagem a partir do diálogo com Levi (2006, p. 173), no qual é levantada a questão de se entender como os indivíduos se encaixam dentro do grupo do qual são pertencentes, de suas normas e ao mesmo tempo até que ponto esse pertencimento a um determinado grupo influí em determinado grau nas suas ações

Como pano de fundo, temos uma nova abordagem das estruturas sociais: em particular, a reconsideração das análises nos induz a apresentar de modo menos esquemático os mecanismos pelos quais se constituem redes de relações, estratos e grupos sociais. A medida de sua solidariedade e a análise da maneira pela qual se fazem e desfazem as configurações sociais levantam uma questão essencial: como os indivíduos se definem (conscientemente ou não) em relação ao grupo ou se reconhecem numa classe?

Desta maneira, se faz importante um conhecimento dos grupos em que Elpídio Barbosa se inseria dentro do seu contexto, mas não para lhe encaixar em conceitos prontos, mas sim para tentar entender melhor seus posicionamentos, suas práticas e principalmente sua atuação política como deputado estadual, já que ele se elege pelo PSD, partido muito forte e tradicional na época, ligado diretamente a grupos específicos. Assim, conhecer e

problematizar esses espaços e grupos em que ele se fazia presente, bem como as suas origens familiares é fundamental no conhecimento da própria figura de Elpídio Barbosa

Perceber este protagonista como pertencente a um grupo social específico, não delimita totalmente as atitudes de um indivíduo, logo seria, no mínimo, reducionista basear uma análise pautada somente nisso. Dessa maneira, também é válido pensar este estudo, como um estudo intelectual de um personagem oriundo das elites, neste caso uma elite intelectual, detentora de um maior saber naquele momento, justamente pelas posições que ocupavam e recursos que dispunham, como defende Sirinelli (1998, p. 271), apontando a importância e necessidade de uma história intelectual dessas elites.

Se a história social das elites culturais aparece deste modo como essencial – observação que não deve ser dissimulada nem pela revivescência da história política nem progressão espetacular da jovem história cultural contemporânea -, é legítimo defender igualmente uma história intelectual dessas elites. Para além da aparente tautologia do desejo assim formulado, existe um imperativo categórico da história das elites culturais: esta não deve constituir obstáculo ao estudo das obras e das correntes.

É justamente isso que visa este trabalho, estudar a trajetória intelectual de um membro da elite catarinense, mas que por transitar em várias esferas públicas e profissionais/ privadas mostra um perfil e posicionamentos bem específicos, que não podem ser reduzidos somente ao grupo social em que está inserido. Isso é fruto das suas redes de sociabilidade e escolhas como membro de uma elite, educador, político e intelectual que buscava agir diretamente na sociedade em que estava inserido, um estudo mais amplo que englobe todos os âmbitos, permite fazer uma análise mais detalhada acerca deste personagem.

A atuação de Elpídio Barbosa na área da educação começa muito cedo, aos 21 anos, quando em 1930 assume o cargo de diretor de um grupo escolar na cidade de Mafra e posteriormente em Joinville, ambas no norte do Estado, cargos esses, de importante relevância na hierarquia educacional e que possibilitaram abertura de perspectivas novas para a construção de sua carreira na área. Já em 1931 é indicado para o cargo ainda mais importante de Inspetor Escolar, no qual permanece até 1934, atuando já na região de Florianópolis. Em 1938 se forma em Direito pela faculdade de Direito de Santa Catarina, algo que será de grande valia durante toda sua atuação no corpo administrativo educacional de Santa Catarina e principalmente na sua atuação como deputado estadual, como poderá ser visto mais à frente, no próximo capítulo, em análises de discursos e discussões. Entre os anos de 1936 e 1937, participou do corpo editorial da Revista Educação, escrevendo artigos para tal periódico, que teve como principal objetivo durante os seus anos de funcionamento, divulgar os ideais da

Escola Nova, logo participando ativamente da sua produção<sup>4</sup>, Elpídio Barbosa se insere em um ciclo de intelectuais que pensam as novas concepções de ensino propostas pela Escola Nova, aproximação esta que contribui para sua ascensão no setor educacional catarinense.<sup>5</sup> Devido a sua emergente carreira no setor educacional catarinense, Elpídio Barbosa consegue prestígio e reconhecimento, que o fazem logo ocupar cargos dentro do Departamento de Educação, como Subdiretor Técnico em 1935 e Diretor do Departamento de Educação em 1940.<sup>6</sup> Foi também membro do Conselho Diretor para a fundação da Universidade de Santa Catarina em 1957, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina entre 1955 e 1958, presidente do Conselho Estadual de Educação em 1962 e secretário da educação e cultura de Santa Catarina nos anos de 1963 e 1964, durante o governo de Celso Ramos. Faleceu no dia dezesseis de outubro de 1966, quando fazia parte do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina.

Elpídio Barbosa se encaixa na idéia de intelectual do século XX, que além de deter um maior nível de erudição, atua no âmbito social, usa seus novos conhecimentos para fins que ele acredita serem benéficos a sociedade.

A própria idéia de intelectual, como sujeito do conhecimento, emerge neste momento a partir da percepção de que os homens que dedicam às atividades do pensamento e da cultura não podiam mais realizar um trabalho isolado, solitário, sem função social, para atender apenas aos seus próprios interesses ou às necessidades de seu grupo social. Agora, de todas as tendências políticas, vinha um chamamento para a intervenção do intelectual na realidade de sua nação, para a transformação, educação, civilização, conscientização de seu povo ou de sua classe, vinha sua convocação pelo estado ou pelas empresas para participar de atividades de investigação e de elaboração de projetos e prospecção na área social. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 63)

Para tal estudo, se faz necessária uma contextualização do momento político e educacional vivido por nosso protagonista, haja vista tratar-se de um educador no momento em que estará atuando diretamente em um cargo político. Visualizar esta conjuntura cria condições para um entendimento mais claro dos desdobramentos da sua atuação como

---

<sup>4</sup> Ver FAVARIN, Thaís Cardozo. Aos professores, essas páginas: Práticas e representações na Revista Educação (Santa Catarina - 1936-1937). 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC.

<sup>5</sup> Ver: GENTIL, Flávio Welker Merola. Conteúdo do 2º tomo: Entre memórias e experiências de Elpídio Barbosa na Inspeção Escolar (Santa Catarina 1930-1940). Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Florianópolis, SC. UDESC. 2013. p. 23-26.

<sup>6</sup>Elpídio Barbosa mantinha relações com Nereu Ramos, interventor em Santa Catarina de 1937-45 e filiou-se, posteriormente ao PSD (Partido Social Democrático) sob liderança da família Ramos. Ao que tudo indica, esta relação pode ter sido fundamental para alavancar ainda mais sua carreira. Entretanto, tais inferências são ainda, problematizações que necessitam de maiores estudos que neste trabalho não foram realizados.

deputado estadual e dos argumentos de seus opositores e apoiadores, que virão a ser analisados à frente. Analisar este contexto histórico funciona como um conhecimento do terreno onde se passaram os acontecimentos que serão posteriormente analisados, como nada acontece em um espaço vazio, conhecer esse terreno é fundamental para entender melhor as ações de um determinado sujeito, como nos diz Bourdieu (2006, p. 189-190),

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações e deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado.

O período em questão, do mandato de Elpídio Barbosa como deputado estadual em Santa Catarina, vai de 1950 a 1955, considerando também o ano em que foi eleito (1950), período em que o Brasil está saindo da ditadura do Estado Novo, com Getúlio Vargas, que durou de 1937 a 1945, e sua atuação vai até 1966, período em que já vivíamos os efeitos do golpe civil-militar, no ano de 1964. Sua atuação é longa porque sua presença é constante na esfera estadual, pois Elpídio Barbosa surge com força no cenário educacional de Santa Catarina ainda na década de 30.

O período do Estado Novo, com a ditadura de Getúlio Vargas, fortalece ainda mais as oligarquias regionais, algo que em Santa Catarina sempre foi muito forte, tendo como seu interventor no estado Nereu Ramos, membro da conhecida e poderosa oligarquia dos Ramos, que rivalizava com a oligarquia dos Konder Bornhausen. Após uma cisão ocorrida por volta de 1920 durante o período do Estado Novo e até 1950 os Ramos são quem se mantêm no poder em Santa Catarina.

Após o fim do Estado Novo em 1945 e a conseqüente redemocratização do país, formam-se, entre outros, dois partidos de destaque que vão disputar o poder tanto no Brasil como em Santa Catarina, a UDN formada pelos opositores que Getúlio Vargas foi construindo durante seu longo tempo no poder, e que em Santa Catarina é representada pela oligarquia Konder Bornhausen, e o PSD formado pelos apoiadores de Vargas, representado em Santa Catarina pela oligarquia Ramos, partido pelo qual Elpídio Barbosa virá a se eleger como deputado estadual em 1950. Tal opção política já sinaliza suas opções partidárias e lógico, seus apoios políticos quando esteve a exercer seu mandato na Assembleia legislativa.

Tanto o PSD, quando a UDN possuíam um forte caráter conservador e elitista, entretanto um se encontrava há muito tempo no poder e o outro buscava o poder. O PSD consegue se manter supremo no poder em Santa Catarina até as eleições de 1950, quando a UDN elege Irineu Bornhausen para o governo do Estado, justamente quando Elpídio Barbosa se elege para deputado estadual, fazendo com que ele legisle tendo a maioria na Assembleia Legislativa a seu favor, visto que o PSD elegeu a maioria dos deputados, mas tendo o executivo estadual em oposição, o que será ponto chave em algumas questões da atuação de Elpídio Barbosa como deputado estadual.<sup>7</sup> Entender estas minúcias da política daquele momento é de grande valia na compreensão da cultura política catarinense, tanto neste período, como inclusive com traços marcantes até os dias atuais. Tais minúcias ficam evidenciadas durante boa parte dos discursos e documentos analisados, tanto nas discordâncias quanto nas concordâncias, é possível perceber que sempre há uma intencionalidade nas sombras, isso forma o conceito de *jogo político*, por vezes levantado e que busca mostrar justamente como a política funciona através de jogos de estratégia, em que um movimento por si só não se explica, mas toda a intencionalidade que há por trás dele. Esses *actos políticos* que fazem este jogo funcionar, são o objeto de estudos dos teóricos da Cultura Política.

No centro da nova atenção dada doravante pelos historiadores ao fenômeno cultural, a cultura política ocupa pois um lugar particular. Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenômenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. Todos os elementos respeitantes ao ser profundo, que variam em função da sociedade em que são elaborados e que permitem perceber melhor as razões de actos políticos que surgem, pelo contrário, como epifenômenos. (BERSTEIN, 1998, p. 363)

As eleições de 1950, na qual Elpídio Barbosa se elege Deputado Estadual, são marcadas por uma intensa disputa entre a UDN e o PSD. Ambos têm um caráter fortemente conservador e elitista, portanto possuindo a grande parte dos votos nas regiões interioranas, entretanto o PSD consegue ainda se sobressair neste quesito e também nos votos da capital, Florianópolis. O divisor de águas para a eleição de Irineu Bornhausen como governador pela

---

<sup>7</sup> Ver: LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis, 1983, Editora da UFSC.

UDN, é o apoio chave do PTB, que surge como a terceira força partidária no Estado, portanto tendo um valioso peso na política em Santa Catarina neste momento.

Tratando mais especificamente da eleição de Elpídio Barbosa, na qual ele se elege com expressivos 4.297 votos, sendo o segundo deputado mais votado do PSD<sup>8</sup>, podemos perceber que sua campanha e sua vitória, se dão apoiadas em um ponto chave, a educação, mais especificamente, a sua atuação no setor educacional catarinense já há alguns anos. Elpídio Barbosa ocupou o cargo de inspetor escolar e diretor do Departamento de Educação de Santa Catarina em um período que compreendeu a Segunda Guerra Mundial e justamente por esse evento houve uma forte preocupação e investimento na nacionalização do ensino<sup>9</sup>. O Brasil se posicionou a favor dos Aliados neste conflito e por consequência, contrário a Alemanha e Itália, dois dos países com maiores colônias em Santa Catarina, um forte empreendimento nacionalizante foi feito aqui, visando combater a possibilidade de um inimigo interno e o ensino era um dos pontos fortes deste empreendimento.

É importante destacar a força da UDN em boa parte dos municípios de colonização alemã. Se já no início da década de 30 algumas das principais lideranças que vieram a formar a UDN já se destacavam na região do Vale do Itajaí e no Nordeste de SC (a maior expressão desse fato é a oligarquia Konder-Bornhausen), com a campanha de nacionalização implementada sob o comando de Nereu Ramos, cria-se nestas regiões uma resistência aos grupos a este ligados, o que irá se refletir no período posterior. (CARREIRÃO, 1990, p. 68)

Apoiado pela oligarquia Ramos que se encontrava no poder e por consequência, podemos dizer, também por Getúlio Vargas, Elpídio Barbosa é um dos principais pilares de um forte investimento que se têm no ensino, principalmente com Nereu Ramos, interventor federal e que depois do Estado Novo também é eleito governador, investimento este que visa à criação de um sentimento de valorização do nacional, no encaminhamento dos procedimentos para a nacionalização do ensino, juntamente com a defesa dos pressupostos da Escola Nova, que valorizava o aluno como agente ativo do ensino, em bases ditas modernas/renovadas. Elpídio Barbosa junto com outros intelectuais encabeça este movimento educacional no Estado, que além de mudanças na concepção de ensino, também possui seus fortes intuits políticos, no que se refere à valorização do nacional, da língua brasileira, em detrimento das raízes estrangeiras que os colonos habitantes em Santa Catarina carregavam e que se mostravam ameaçadoras em período de guerra.

---

<sup>8</sup> SANTA CATARINA, Resenha Eleitoral das Eleições de 1950. Tribunal Regional Eleitoral, ano III, nº 25-26.

<sup>9</sup> Ver; MONTEIRO, Jaecyr. A nacionalização do ensino em Santa Catarina. Florianópolis, Editora da UFSC, 1983.

Mas à atuação educacional que levou a eleição de Elpídio Barbosa em 1950 teve também como ponto forte a defesa da Escola Nova, mais especificamente, Elpídio Barbosa é um dos precursores dos ideais da Escola Nova em Santa Catarina. Por volta da década de 30 se começa a buscar reformulações no sistema de ensino brasileiro, com a ascensão das ciências humanas, passa-se a ter uma nova visão sobre o ser humano, logo este não pode mais ser ensinado da maneira tradicional, essa nova maneira de se ver o ensino foi chamada de Escola Nova. Fiori (1991, p. 125) faz uma boa análise da Escola Nova em contraposição ao ensino tradicional.

A escola tradicional e intelectualista costumava ser caracterizada pelo fato de o professor desempenhar o papel de agente ativo do ensino e o aluno, o passivo; a disciplina ser exagerada e endossar métodos de memorização que desenvolviam nos alunos comportamentos automatizados. Já para a escola nova, a disciplina devia ser natural e espontânea, a escola respeitar a individualidade do aluno e este ser o agente ativo do ensino.

Visando acompanhar as mudanças de âmbito nacional, o estado de Santa Catarina passa a buscar intelectuais que possam orquestrar este processo de mudança no ensino, três deles de grande relevância pelas suas até então destacadas atuações em funções escolares, eram eles: Elpídio Barbosa, Luiz Trindade e João dos Santos Areão, que formavam o que virá a ser chamado de “Santíssima Trindade”. (FIORI, 1991)

Já em 1935 é idealizada uma primeira reforma no ensino catarinense, denominada Reforma Trindade, mesmo tendo um caráter mais administrativo, mudando alguns pontos na Escola Normal, esta reforma é chave para Elpídio Barbosa na medida em que cria o Departamento de Educação em Santa Catarina, departamento este que será dirigido por Elpídio Barbosa durante toda a década de 1940, sendo ponto forte na sua futura eleição a deputado estadual. Em 1946 os ideais da Escola Nova, por meio de legislação específica, passam a vigorar no ensino catarinense, visando estimular maior raciocínio dos alunos e respeito as suas individualidades, tais mudanças visavam romper com os conteúdos prontos que eram ensinados até então.

Esta Reforma Trindade fica vigente no ensino de Santa Catarina até o ano de 1946, neste período João dos Santos Areão <sup>10</sup> ocupa o cargo de inspetor de nacionalização no ensino, visando atender aos interesses já citados anteriormente, de controlar uma possível ameaça interna estrangeira e por conseqüência fortalecer o sentimento de pertencimento nacional,

---

<sup>10</sup> Ver: TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. (org). Professor Areão: Experiências de um “bandeirante paulista do ensino” em Santa Catarina (1912-1950). Florianópolis. Editora Insular, 2014.

desde a infância. Em 1946<sup>11</sup> acontece à reforma no ensino, idealizada principalmente por Elpídio Barbosa e que têm como nome, justamente Reforma Elpídio Barbosa<sup>12</sup>. Esta reforma visa adaptar o ensino catarinense a uma lei orgânica federal que prega os princípios da Escola Nova, mas sem romper com os ideais da Reforma Orestes Guimarães, de 1911 e da Reforma Trindade, de 1935, esta nova reforma busca também preencher lacunas deixadas pela última. Desta maneira se vê uma reforma que busca mudanças não só no ensino, mas na maneira como este era administrado, algo a se esperar de um idealizador como Elpídio Barbosa, que sempre ocupou importantes cargos administrativos no ensino catarinense, mostrando uma maneira inovadora de gerir tal setor.

As Leis Orgânicas Federais do Ensino Primário e Normal estabeleceram regras para uma renovadora articulação dos sistemas de ensino dos Estados, com os serviços técnicos da União. Visavam propiciar maior eficiência e dinamismo à administração da educação primária e normal. Se comparado com o período histórico anterior pode-se dizer que essas leis eram relativamente mais abertas à flexibilidade e à diferenciação, permitindo adaptações regionais. (FIORI, 1991, p. 146)

Esta reforma abrange tanto o ensino primário, quanto o ensino normal. No que se refere ao ensino normal, ela busca levá-lo ao interior do Estado, já no ensino primário é onde ele tem sua atuação mais forte, visando maior atenção e também readequações, mesmo sempre ressaltando o grande respeito aos preceitos da reforma Orestes Guimarães, os ideais da Escola Nova se fazem muito presentes, incentivando de certa forma uma maior flexibilidade do ensino em contraponto ao autoritarismo que se tinha até então, o qual se busca diminuir. Elpídio Barbosa mostrava um caráter muito mais aberto ao diálogo com as diversas instâncias educacionais do Estado, inclusive aquelas consideradas na base ou mais baixas, buscando ouvir e estabelecer uma relação mais próxima com inspetores, diretores e professores escolares, algo notado pelo forte número das chamadas circulares emitidas por ele quando se fazia presente na direção do Departamento de Educação catarinense.

Outro intuito forte desta reforma era levar educação escolarizada também ao interior do Estado, tanto o ensino primário, quanto o ensino normal, de maneira regular ou mesmo através do ensino supletivo. Para tal objetivo se fazia necessária a construção de mais estabelecimentos de ensino, fazendo com que fosse vista nessa época uma maior evolução quantitativa no ensino do que qualitativa, já que com o forte investimento em construções de

---

<sup>11</sup> Lei Orgânica Federal do Ensino Primário e Ensino Normal, denominação dada aos Decretos nº 8.529 e 8.530, ambos de 02 de janeiro de 1946, aprovada em Santa Catarina pelo decreto-lei 298 de 18 de novembro de 1946.

<sup>12</sup> Dada a cumprir, em Santa Catarina, na gestão de Elpídio Barbosa pelo Decreto nº 3.735/dezembro de 1946.

prédios escolares, acabava por não se ter orçamento para tanto investimento em melhorias e aperfeiçoamentos. Muitos destes estabelecimentos construídos contaram com o apoio federal, visto que esta campanha de nacionalização do ensino tinha apoio federal e boa parte dos colonos estrangeiros em Santa Catarina, ocupavam áreas do interior. Esta discussão voltará à tona mais adiante na análise de discussões na Assembléia Legislativa durante o mandato de Elpídio Barbosa. Entretanto mesmo com algumas restrições orçamentárias, é notória a evolução e expansão do ensino catarinense nesta época, com papel importante de Elpídio Barbosa e dos preceitos da Escola Nova, sendo base para sua eleição a deputado estadual em 1950, já que se buscava que no legislativo ele pudesse fazer mais ainda pela educação catarinense.

Muitos dos traços políticos e educacionais que serão estudados nesta pesquisa, ainda ecoam no presente, como a predominância de certas famílias e grupos dentro do jogo político, as novas visões que se buscam acerca dos métodos de ensino, a ascensão do ensino superior, portanto pode-se dizer que são permanências, representações sempre em presença. A figura de Elpídio Barbosa é recorrente nas lides de ensino e atravessará o período entre as décadas de 1930 a 1960. Sua atuação é presente em várias instituições de ensino no Estado de Santa Catarina, entretanto pouco se sabe sobre sua atuação político-partidária e, efetivamente, sobre o que legislou na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Elpídio Barbosa foi o primeiro diretor da Faculdade de Educação (FAED) em Florianópolis e que depois veio a dar origem a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, sendo estes o centro e a universidade em que estudo e onde se desenvolve esta pesquisa. Trabalhar com este período da década de 1950 envolve a opção de considerar a perspectiva da História do Tempo Presente, trabalhando com períodos e acontecimentos que estão diretamente ligados o momento atual, em uma clara sensação de um presente alargado, um tempo expandido como indica Dosse (2012, p. 2), “A história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo. Ela se diferencia, portanto, da história imediata porque impõe um dever de mediação.”

Dessa forma, se faz importante perceber que a ideia de se dialogar com abordagens vinculadas à história do tempo presente, não pressupõe somente trabalhar com um período dentro de um recorte temporal recente, mas vai além disso, pois significa adotar um método historiográfico próprio, visto que se irá estudar um período que ainda possui testemunhas

vivas, as fontes são recentes e por vezes o estudo nas mesmas é inédito, o cuidado deve ser grande e também a consciência do terreno em que se está pisando. Entretanto desenvolver o trabalho nesta perspectiva traz a grata sensação de perceber o passado não mais como algo distante e totalmente descolado da realidade atual, ele passa a ser parte de um mesmo conjunto do momento vivido, sendo o nosso presente uma espécie de continuação deste momento estudado.

[...] o tempo presente corresponde a esse meio-termo também entre passado e presente ou o trabalho do passado no presente. O tempo presente não seria então um simples período adicional destacado da história contemporânea, mas uma nova concepção da operação historiográfica. (DOSSE, 2012, pg.3)

Feito esta contextualização e reconhecimento acerca da figura do educador/professor Elpídio Barbosa, e os contextos políticos e educacionais em que se encontrava inserido, bem como uma breve introdução dos diálogos teóricos que irão nortear esta pesquisa, cabe agora partir para uma análise acerca da documentação a ser trabalhada no estudo do referido período em que este personagem foi Deputado Estadual de Santa Catarina, entre 1951 e 1955, que afinal é o foco deste trabalho.

Nesta contextura, este trabalho apresenta-se dividido em três partes; uma Introdução (Capítulo I) em que serão mostrados o objeto, as fontes e, ao mesmo tempo, serão evidenciados os pressupostos teórico-metodológicos basilares que guiarão este estudo que tem por objetivo dar realce à atuação de Elpídio Barbosa como deputado estadual entre 1951-1955. A documentação que dá suporte a esta pesquisa pode ser encontrada no IDCH, oriunda de seu acervo profissional e pessoal, ali depositado, como nos demais arquivos consultados (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC) e no Centro de Memória da Assembleia Legislativa (ALESC), além de documentos variados como artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, livros e outros materiais bibliográficos que tenham relações com o referido período.

No Capítulo II a análise recairá sobre o grupo documental que talvez seja, a meu ver, o mais importante para conhecer sua atuação como deputado estadual por Santa Catarina. Serão analisados Anais da Assembleia Legislativa de Santa Catarina durante o período do seu mandato, no qual se podem encontrar as atas das reuniões, bem como as falas e discussões dos deputados, todas redigidas e disponíveis à consulta de pesquisadores. Nestes documentos é possível perceber um pouco do jogo político por detrás da estrutura partidária praticamente bipolarizada, na qual se encontrava o Estado de Santa Catarina, e por consequência rastrear

uma atuação mais pontual de Elpídio Barbosa que, homem oriundo de uma elite intelectual, se encontrava inserido em determinados grupos políticos naquele período como um deputado de oposição.

No Capítulo III, será interpretado o último fundo documental: os requerimentos e projetos de lei propostos e apresentados por Elpídio Barbosa durante seu mandato como deputado, podendo-se assim mapear melhor suas propostas como legislador, Afinal, o que sua atuação educacional reverberou na sua prática legislativa?

## **2 ELPÍDIO BARBOSA E OS JOGOS POLÍTICOS: ANALISANDO ALGUMAS DE SUAS FALAS E DISCUSSÕES NA ALESC (1951-55)**

Neste capítulo a análise recairá sobre os anais da Assembleia Legislativa de Santa Catarina durante o período do seu mandato, no qual se podem encontrar as atas das reuniões, bem como as falas e discussões dos deputados, todas redigidas e disponíveis à consulta. Nestes documentos é possível perceber um pouco do jogo político por detrás da estrutura partidária bipolarizada, na qual se encontrava o estado de Santa Catarina, haja vista que as decisões de discordâncias ou concordâncias, se dão de acordo com o teor do assunto tratado e da influência deste nas disputas de poderes entre figuras específicas e mesmo entre PSD e UDN, e por consequência rastrear uma atuação mais pontual de Elpídio Barbosa que, homem oriundo de uma elite intelectual, se encontrava inserido em determinados grupos políticos como um deputado de oposição.

O estado de Santa Catarina possuía no período analisado, por volta da década de 1950, um jogo político claro, em que a divisão do poder estava praticamente alternada entre dois partidos, o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional), ambos tendo como bases oligarquias muito tradicionais e consolidadas do Estado, sendo o primeiro ligado a oligarquia dos “Ramos” e o segundo a dos “Konder-Bornhausen”<sup>13</sup>. Neste contexto, agora cabe uma análise mais específica dos anos do mandato de Elpídio Barbosa como deputado estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com sua eleição no ano de 1950 e seu mandato que vai de 1951 a 1955.

Elpídio Barbosa se elege pelo PSD, partido da oligarquia dos “Ramos” e sem muito esforço é possível perceber claramente a forte ligação de Barbosa com este grupo, já que sua ascensão no setor educacional catarinense se dá justamente em um período onde tal grupo domina a política catarinense, sendo possível perceber o amplo apoio que ele presta a este grupo e principalmente a figura específica de Nereu Ramos, que foi interventor em Santa Catarina (1937-1945) durante a ditadura do Estado Novo e posteriormente governador, deixando o cargo justamente quando Elpídio Barbosa se elege como deputado estadual. Por

---

<sup>13</sup> Ver: CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis, 1990, Editora da UFSC. p. 32-87.

isso se faz tão importante um estudo acerca do grupo político em que Barbosa estava inserido e os interesses do mesmo, entender como ele se portava dentro dos “jogos políticos”, como um tipo de aliado daquele grupo político. Uma maneira de ver com mais clareza este grupo em que Elpídio Barbosa estava inserido, é analisar especificamente o PSD, seu partido. Entender como se portavam os seus integrantes e as suas principais bases, pode ser de grande valia neste estudo, fazendo-se assim necessário também um entendimento teórico acerca da noção de partido político e sua valiosa importância no estudo histórico de temas diretamente relacionados ao político.

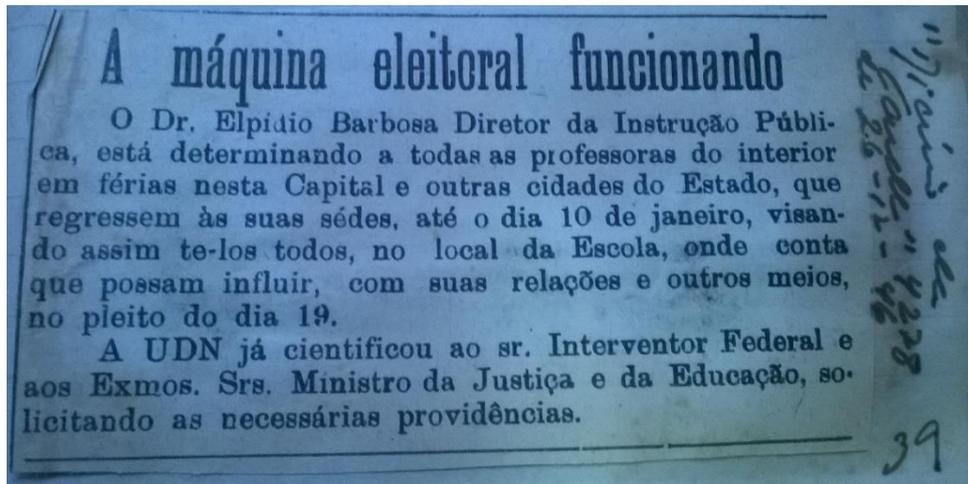
Fenômeno histórico por definição, como acabamos de ver, o partido político está em condições de fornecer ao historiador uma considerável quantidade de informações sobre os grupos que se esforçam por reunir os homens tendo em vista uma ação comum sobre o poder ou a organização da sociedade. Informações de ordens diversas, que esclarecem singularmente, por menos que se formulem as perguntas certas, o comportamento do homem na política, e, além disso, o jogo complexo das forças que condicionam e motivam seus atos. (BERSTEIN, 2003, p. 71-72)

Analisando os chamados *tomos*<sup>14</sup> do acervo pessoal de Elpídio Barbosa que se encontram no IDCH, encontra-se um recorte de jornal (Figura 1), do ano eleitoral de 1946. Neste recorte do jornal Diário, que faz referência a uma solicitação que Elpídio Barbosa haveria feito as professoras de municípios do interior para que voltassem até o dia 10 de janeiro para as suas respectivas cidades, com o intuito que pudessem influir de alguma maneira na campanha para o pleito do dia 19, a matéria termina dizendo que a UDN vai averiguar tais informações.

---

<sup>14</sup> O termo “tomo” foi atribuído pelo próprio Elpídio Barbosa aos suportes materiais onde ele guardava suas memórias através de colagens das mais diversas espécies e anotações, organizadas na sua maioria de maneira cronológica. Ver: GENTIL, Flávio Welker Merola. Conteúdo do 2º tomo: Entre memórias e experiências de Elpídio Barbosa na Inspeção Escolar (Santa Catarina 1930-1940). Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Florianópolis, SC. UDESC, 2013, p. 10-21.

Figura 1- Recorte de jornal do ano de 1946



(Tomos de Elpidio Barbosa no IDCH.)

Três pontos devem ser destacados neste caso específico, o primeiro vai mais para a questão arquivística, já que os *tomos* são constituídos de recortes supostamente organizados pelo próprio Elpidio Barbosa, visto que se encontravam em seu acervo pessoal e sendo assim percebemos que neles também constam recortes e informações contrárias a ele e não só as que lhe exaltavam. Ele constituiu um importante acervo mesclando informações que lhe mencionavam direta ou indiretamente, ou que de alguma maneira se relacionavam com suas atuações e seus interesses.

O segundo ponto é com relação ao suposto posicionamento de Barbosa em favor do PSD já em 1946, quatro anos antes de sua futura eleição, mostrando como ele já tinha um laço com este grupo e também atuava politicamente no cenário catarinense. O terceiro é perceber como a sua relação de proximidade com os profissionais da educação, mais especificamente com as professoras primárias, pode ser vista de outra maneira, além daquela exaltada como sendo uma nova concepção de ensino em que faria o professor mais seguro e acolhido. O aviso parece indicar seus claros interesses nessa relação “afetuosa” uma construção de sociabilidades com o professorado catarinense, utilizando-o para já ir pavimentando seu lugar no cenário político e fortalecendo os seus. Nos dois últimos pontos estão em evidências as “sociabilidades” de Elpidio Barbosa como político, mas acima de tudo como intelectual da educação que visa adentrar na política, tanto se inserindo nos grupos de influência política, como trazendo a política para o seu meio, o meio educacional, esta importância da análise das redes de sociabilidades pode-se compreender melhor em Sirinelli (2003, p. 252-253),

Mas a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos freqüentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular.

O início da atuação de Elpídio Barbosa como deputado estadual é muito instigante, analisando os Anais que se encontram no Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina<sup>15</sup>, que serão as fontes de pesquisa no presente capítulo a partir de agora, por vezes intercalando com os *tomos*. Percebe-se que ele ocupa seu tempo na tribuna com a realização de uma leitura durante cinco sessões da ALESC, de 07 de maio de 1951 até 11 de maio de 1951, oriunda de um relatório montado por ele acerca do setor educacional catarinense durante a década de 1940, período no qual ele esteve à frente do Departamento de Educação de Santa Catarina. Ele inicia esta leitura com um trecho religioso, outra marca perceptível da sua vinculação religiosa em atuação no estado republicano laico que, em que pese à laicidade constitucional, fazia apelos à religiosidade e a Deus, como maneira de enfatizar e dar mais sentimento as causas por eles defendidas em cada discurso, ou talvez para evidenciar seu pertencimento ao catolicismo, influente e majoritário, como religião, à época.

O Sr Elpídio Barbosa: - (Lê o seguinte relatório). A imagem do Crucificado dando santidade a este recinto, para os verdadeiros cristão de todas as escolas e de todos os climas, é convite de Luz acima! A voz do Pastor Divino emerge, através dos séculos: “Eu porém vos digo: Sede misericordiosos. Amai os vossos inimigos. Bendizei os que vos maldizem. Auxiliai os que vos odeiam. Orai pelos que vos perseguem e caluniam. Abençoai vossa cruz. Ao que vos obriga a seguir mil passos, marchar com ele dois mil. Ao que pretenda contender convosco, por roubar-vos a túnica, dai-lhe também a capa. Perseverai no bem até o fim. Tende bom ânimo.” Senhor presidente: Nobres senhores deputados: Falamos, pela primeira vez, na insigne Casa do povo catarinense, na qualidade de um dos seus mandatários. (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, 1951, p. 89)

Após esta invocação religiosa, traça um histórico das mudanças e reformas educacionais sofridas pelo ensino catarinense, sempre carregando seu discurso também com números que possibilitem dar maior ênfase e, possivelmente, legitimidade estatística ao período que ele tenta mostrar como sendo de amplo crescimento e investimento na educação. Comparando alguns números entre o ano de 1940, quando ele entra no Departamento de Educação e 1950, quando ele deixa o mesmo para assumir seu mandato de Deputado Estadual, é perceptível o crescimento substancial principalmente no ensino primário, um dos pontos fortes das reformas ligadas a Escola Nova. Em 1940 havia 2.195 unidades de ensino

<sup>15</sup> Disponível em [http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/centro-de-memoria](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/centro-de-memoria). Acessado em 24/11/2015.

primário públicas, contemplando as estaduais e as municipais, já em 1950 o número sobe para 3.447. Entre os alunos com matrículas efetivas nesses estabelecimentos, o crescimento também é notório, em 1940 o número é de 108.340, subindo para 177.108 no ano de 1950, mostrando um grande crescimento quantitativo do ensino, tanto no número de instituições, quanto no de alunos.<sup>16</sup>

Faz menção, no relatório, à campanha nacionalizante que foi empreendida no ensino juntamente com os ideais da Escola Nova por ele e seus pares. Frisa também o seu lado assistencialista, com algumas das causas que são vistas constantemente ao longo da sua trajetória: a Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina, a Beneficência dos Professores de Santa Catarina e o Natal dos Lázaros e dos seus familiares temas, estes, que voltarão a figurar no seu mandato e em análises no presente trabalho. Desta forma, Elpídio Barbosa reafirma seu posto de educador dentro da Assembléia Legislativa ao mesmo tempo em que se projeta como empreendedor e protagonista da educação em Santa Catarina.

Analisar estas falas e discussões é peça chave não só no estudo de seu mandato como deputado estadual, mas também de sua trajetória e de sua própria personalidade, já que as suas representações através de seus discursos, dizem muito sobre o seu próprio perfil. A questão da representação, considerada como produto de uma prática cultural/pessoal aqui pode ser trabalhada a partir do o conceito de representação discutido pelo historiador Chartier (2011, p. 16) que afirma:

[...] qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação.

A partir desta proposta podemos pressupor que os discursos analisados nestes trabalhos, carregam consigo a carga de representações de seus autores e por estes pretendidas. Desta forma cabe não só tomá-los como fontes pelo que dizem literalmente, mas também analisar o porquê de dizerem aquilo, quais as intencionalidades, quem eles buscavam atingir, “As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é.” (CHARTIER, 2011, p.23). Tudo isso faz parte do jogo político montado dentro da conjuntura política catarinense.

---

<sup>16</sup> Ver: SANTA CATARINA, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Relatório do deputado Elpídio Barbosa sobre o sector educacional catarinense, no período de 1940-1950. Florianópolis, 1951.

Assim, a abertura de seu mandato na ALESC, se dá com a leitura deste relatório do setor educacional catarinense durante a década de 1940, Barbosa mostra seu trabalho quando esteve à frente do Departamento de Educação. Tal estratégia funciona como seu “cartão de visitas”, pois se trata de um amplo relatório que busca mostrar o alto crescimento qualitativo e principalmente quantitativo que o setor educacional catarinense teve nos anos que antecederam o seu mandato, dando especial ênfase ao período em que ocupou seu cargo de maior destaque, diretor do Departamento de Educação de Santa Catarina. Barbosa preocupava-se em salientar em sua fala, todo o esforço que fez para “honrar e atender as demandas do departamento de educação”, bem como as dificuldades encontradas, enaltecendo, em plural majestático, sua própria conduta exemplar, sem descanso e sem férias durante dez anos, que lhe ocasionaram problemas de saúde, como se pode comprovar pelo excerto abaixo:

Dirigimos, de 9 de dezembro de 1940, a 26 de dezembro de 1950, o sector educacional catarinense. Recebemos sempre a critica construtiva de braços abertos e com veementes aplausos. E publicidade com a finalidade de ser menos amena, em 1949, endereçou-nos expressões, como ‘S. s. ao que consta, é pontual’, ‘Se é trabalhador e dedicado, nada mais faz do que cumprir o seu dever, e para isto ganha’. Não há, em nossa ficha funcional, registro de um só período de férias, exceto quando, por determinação médica, fomos obrigados a recolher-nos em um hospital de repouso na cidade de Curitiba. Passamos, assim, em virtude de esgotamento por excesso de trabalho, as nossa férias, gozadas pela primeira e única vez, em todo esse largo período, em uma casa de saúde, sob tratamento e vigilância médicos. (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, 1951, p. 160)

Todavia, já no ano seguinte, uma discussão na sessão extraordinária da ALESC no dia 26 de novembro de 1952, mostra o quão forte eram os jogos e as tensões partidárias e disputas políticas entre as bancadas do PSD e da UDN, fazendo com que a imagem de bom educador que Elpídio Barbosa preocupava-se em representar não fosse o suficiente para lhe manter seguro, sendo esta inclusive posta em xeque. Tal discussão começa com o pedido do deputado Osvaldo Bulcão Viana, da UDN, para que se construam novos prédios que abriguem órgãos administrativos do governo estadual, com as intenções de que o governo não precise alugar mais tais espaços e também de novas construções que dessem um ar mais “civilizado” para a capital, Florianópolis. A bancada do PSD se mostra contra o gasto desnecessário com obras de porte exagerado. Neste momento é questionado o número de escolas que foram construídas em Santa Catarina durante o governo anterior, de Nereu Ramos do PSD, alegando terem sido todas com verba federal, quem faz tal afirmação é o deputado Francisco Mascarenhas, também da UDN. Tal discussão se alonga e toma o caminho de fortes críticas ao sistema educacional catarinense, fazendo com que Elpídio Barbosa compre a briga, defendendo os

governos anteriores, principalmente o de seu aliado próximo, Nereu Ramos e salientando também a condição favorável em que se encontra a educação catarinense.

Entre ataques simultâneos das duas bancadas, em uma das discussões mais acaloradas a ser analisada, pode-se perceber pontos importantes. O forte amparo que Elpídio Barbosa tem nos números, traduzida como excessiva confiança na aplicação da estatística, principalmente nos que se referem a crescimento quantitativo no setor educacional catarinense nos períodos em que ele esteve ocupando cargos de destaque. Entretanto, a alegação de que estas obras contavam com investimento federal permitem considerar que de fato tal crescimento é simultâneo à forte campanha de nacionalização do ensino empreendida por Getúlio Vargas que consistia em levar o ensino para o interior e para tal se fazia necessária a construção de novas escolas. Também foram atacadas as estruturas das escolas do interior e a assistência educacional catarinense, algo que salta aos olhos por se tratar justamente de um dos períodos onde a questão educacional esteve mais em voga. Elpídio Barbosa como o educador presente ali e vinculado ao partido que detinha o poder até o mandato anterior, se vê na necessidade de responder às discussões. Neste momento atacam sua eleição, acusando o PSD de fazer campanha explícita entre os profissionais da educação, de professoras ligadas a UDN terem sido demitidas e questionando o fato de Elpídio Barbosa ter recebido votos em todas as cidades catarinenses, justamente nas sessões que possuíam professores. Essa questão trazida à pauta faz parte do estudo que se pretende fazer, pois a campanha é o primeiro momento desta atuação diretamente política de Barbosa, perceber as estratégias por ele utilizadas para obter sucesso nas eleições, pode dizer muito sobre sua atuação política.

*A campanha é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Sobretudo, ela modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças. (RÉMOND, 2003, p. 49)*

Esta discussão em específico é simbólica para perceber a posição ocupada por este personagem neste jogo político e também dentro da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por onde passou quatro anos. Elpídio Barbosa vai tentar se construir como um intelectual da educação dentro do jogo político, mas sabe que ao mesmo tempo precisa jogar com os interesses do PSD. Seus discursos serão sempre inflados e carregados de um suposto sentimento de desejo e pura preocupação com a educação do Estado, podendo-se perceber que quando posto em xeque, chega a atingir um tom dramático, como explicitado pelo deputado

da UDN, Osvaldo Bulcão Viana, dizendo que Barbosa gesticula tanto com as mãos enquanto fala que dá a impressão de estar esperando um milagre dos céus.

O Sr Elpídio Barbosa: Eu nunca estive a altura de desempenhar o cargo de Diretor do Departamento de Educação.

O Sr Osvaldo Bulcão Viana: Esta ocasião, sr. Deputado, não é a própria para rasgar seda. (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, 1952, p.1915)

Essa será a tônica de boa parte das discussões e duas serão as causas- base dos próximos discursos analisados: a busca pela Inamobilidade para os professores do ensino primário, sendo esta, objeto de amplas e calorosas discussões, sendo a outra a Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina, esta contanto com ampla aprovação, principalmente pelo seu caráter filantrópico e sentimental, difícil de ser contestado.

## 2.1 MOMENTO CONFLITUOSO: A INAMOBILIDADE DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO

Uma das grandes causas que Elpídio Barbosa defendeu foi à busca por uma “inamobilidade” para os professores do ensino primário, isto funcionaria como uma garantia de que estes não seriam removidos ou transferidos das suas turmas e escolas, tal garantia já se aplicaria aos professores do ensino secundário. Os principais argumentos para a defesa desta causa eram a estabilidade para os professores, o que lhes daria uma maior tranquilidade e por conseqüência influenciaria diretamente em um melhor desempenho de suas funções no ensino e também o fato de que a mudança de professores durante o processo de ensino, mais especificamente do ano letivo, prejudicaria o processo de aprendizagem dos alunos. Entretanto, esta prática de remoção e transferência de professores parecia ser comum e ter fortes relações com posicionamentos e jogos de influência política.

Na 20ª sessão do dia 15 de maio de 1951, Elpídio Barbosa pede a palavra para falar sobre a questão da remoção dos professores do ensino primário, trazendo um trecho de discurso de Paulo Fontes, político catarinense que naquele momento era prefeito da capital de Santa Catarina, Florianópolis, eleito pela UDN, partido do qual ele é um dos fundadores. Paulo Fontes após deixar o PSD, por divergências com Nereu Ramos durante o Estado Novo, sobre a maneira como vinha sendo feita a política nacional, havia sido também deputado

estadual no mandato anterior ao de Elpídio Barbosa, também pela UDN<sup>17</sup>, mais uma vez os jogos políticos estão em evidência. No trecho do seu discurso trazido por Barbosa ele exalta a importância do professor primário na formação dos alunos, frisando que a vaga foi conquistada por meio de concurso. Neste momento o deputado Enedino Ribeiro da UDN, afirma que sempre será contra este projeto enquanto não se afastar os professores das questões políticas, algo que ele afirma acontecer. Estas situações aqui registradas permitem perceber novamente as insinuações acerca de jogos políticos dentro do meio educacional catarinense, vindo da bancada contrária a Elpídio Barbosa, tais falas com esse teor serão recorrentes.

Na 33ª sessão do dia 04 de junho de 1951, Elpídio Barbosa volta a ter a palavra para defender este projeto que visa a “inamobilidade” para os professores do ensino primário, frisando sua grande importância e sua “missão social” na formação inicial de nossos cidadãos, trazendo novamente o discurso de Paulo Fontes, que enfatiza a relevância desta categoria. Nesta fala ele mostra um caráter de resposta às acusações que sofreu na sessão analisada anteriormente, frisando que este projeto visa somente beneficiar o processo de aprendizagem dos alunos, não estando sob quaisquer outras influências, em clara resposta as insinuações que vinha sofrendo sobre o jogo político presente em suas causas, entretanto o deputado Enedino Ribeiro, volta a questionar a sinceridade de Elpídio Barbosa neste ponto, alegando que o mesmo não defenderia determinada causa se pertencesse ao executivo.

Essa acusação tem como base o fato de o poder executivo ser o responsável pela regulação destes cargos no magistério obtidos por concurso, logo ficaria a cargo deste poder a remoção ou transferência destes profissionais, o projeto de lei proposto por Elpídio Barbosa, de certa maneira iria tirar esse “poder” da mão do executivo, e ao mesmo tempo da UDN, através do governador Irineu Bornhausen que estava no poder, naquele momento. Percebe-se um quadro que não comporta “mocinhos” e nem “vilões”, mesmo quem acusa, o faz com interesses similares dentro das disputas políticas de poder, tudo de acordo com o partido em que estão inseridos e seus respectivos interesses dentro do “jogo político”.

Ao mesmo tempo, eles tornam possível o jogo político, circunscrevendo-o dentro de limites precisos, de regras conhecidas e tacitamente aceitas, fazendo dele o objeto de disputa de forças identificadas e mensuráveis. Sem dúvida essa função de estruturação contribui para imobilizar ou deformar um pouco o real, e isso explica a crítica de que os partidos políticos às vezes são alvo. (BERSTEIN, 2003, p. 92)

---

<sup>17</sup> Ver: PIAZZA, Walter Fernando. Dicionário Político Catarinense. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

Elpídio Barbosa, entretanto, responde de maneira cordial à acusação de falta de sinceridade em sua fala, frisando o fato de todos terem o direito de expressar suas opiniões, mas também se utilizando de um caráter emotivo em sua fala para tentar defender sua busca exclusiva pelo “bem das crianças”. Para tal se utiliza de um discurso carregado de sentimentalismo, no limite piegas, e de menções a religiosidade, mas especificamente a católica.

Sr Elpídio Barbosa: Eu quero dizer ao nobre deputado, que aqui tem se referido de maneira brilhante quando fala sobre assunto que deseja trazer, ao conhecimento do plenário. E isso eu afirmo perante a imagem do Cristo Crucificado que s. exa. Está fazendo em torno da minha pessoa juízo temerário. (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, 1951, p. 244)

Este artifício é usado freqüentemente por Barbosa, apelar a elementos religiosos em suas falas, o que pode ser facilmente relacionado a uma grande relevância que a igreja católica ainda possuía naquela época, mas também pode-se dar um crédito para sua formação tradicional, que teve seus estudos primários e secundários em instituições religiosas, no caso o Colégio Coração de Jesus e o Colégio Catarinense, ambos localizados na parte urbanizada de Florianópolis e que atendiam basicamente a um grupo composto pela elite catarinense. Analisar e entender os elementos representados nas falas de Elpídio Barbosa e de seus opositores é de suma importância na compreensão de sua atuação, dos meandros do jogo político, bem como das intencionalidades de cada indivíduo ou grupo específico. Cada personagem ou grupo se utiliza de discursos para defender seus interesses e construir imagens de si e para os outros.

Somos assim progressivamente levados à noção de estratégias discursivas. A atenção aos personagens do discurso se completa com o estudo da maneira como um sujeito falante tenta se apoderar do papel que lhe convém e atribuir aos seus interlocutores os papéis que escolheu pra eles. O diálogo político é muitas vezes conflito em torno de papéis reivindicados/impostos/recusados. (PROST, 2003, p.321)

Neste primeiro bloco de discussões e falas das sessões da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, é possível ver que desde a sua apresentação o projeto de Elpídio Barbosa sofreu rejeição, basicamente da bancada da UDN, que além de ser sua oposição, era favorável ao governador do estado, Irineu Bornhausen. Três pontos constituirão a base das críticas e tensões que o projeto sofrerá, e com as próximas discussões a serem analisadas, eles ficarão mais evidentes.

Na 58ª sessão, do dia 10 de julho de 1951, Elpídio Barbosa pede novamente a palavra para falar acerca de seu projeto que trata da “inamobilidade” dos professores do ensino

primário, traçando um histórico dessa questão no Estado, defendendo a importância de permanência efetiva dos cargos pelo fato de haverem sido obtidos por meio de concursos. Enfatizava que aos professores/as ocupantes efetivos de tais cargos deveriam ser dadas maiores garantias, bem como também pela sua importância na formação inicial do cidadão, pontos que já haviam sido por ele defendidos repetidamente. Porém as evidências apontam que a oposição da UDN, orquestrada pelos sempre combativos deputados Oswaldo Rodrigues Cabral e Osvaldo Bulcão Viana, passa a insistir no primeiro ponto, que é a questão de tal medida tirar autonomia do executivo estadual em uma área que, até então, era de seu controle. Alegam que tais cargos obtidos por concurso eram da competência do executivo e por isso devia caber a ele tomar decisões acerca dos mesmos, tanto no ato de prover, como no ato de remoção. Frisam também que tais medidas são por vezes necessárias dentro da dinâmica de governo e que a proposta deste projeto poderia vir a ser um entrave na administração estadual.

Sr Bulcão Viana: Não se pode retirar ao Poder Executivo, na execução administrativa a faculdade de remover e transferir funcionários. Na esfera federal até as mais altas patentes do exército, os Generais de Brigada e Divisão são transferidos e removidos, e nunca se lembraram de se apoiar nas garantias de que cercam, para pleitear a inamobilidade ou remoção a pedido. (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, 1951, p. 403)

No dia seguinte, 11 de julho de 1951, acontece a 59ª sessão e o tema volta a ser discutido, além das defesas e críticas que se repetem, há um segundo ponto atacado fortemente pela oposição, que está associado ao fato de Elpídio Barbosa não haver demonstrado durante sua passagem à frente do Departamento de Educação de Santa Catarina, na década de 1940, interesse nesta causa.

Elpídio Barbosa se defende salientando suas limitações dentro do Departamento de Educação e o fato de estar em seu primeiro mandato como deputado estadual. Entretanto, quando analisado este ponto levantado pelo deputado da UDN, Francisco Mascarenhas, faz realmente algum sentido. Ele contesta o fato de Elpídio Barbosa, agora deputado e auto investido como claro defensor da classe educadora que mostra ser, não buscou de maneira alguma estas mudanças em dez anos no Departamento de Educação, sendo que em seu primeiro ano como deputado estadual vinha lutando fortemente por isso. Vale sempre lembrar que o governo de Santa Catarina durante o período em que Elpídio Barbosa esteve no Departamento de Educação, foi sempre composto por apoiadores considerados como a rede de sociabilidades de Barbosa, tanto os interventores, como depois Aderbal Ramos da Silva, eleito pelo PSD. Buscar esta medida, naquele momento, seria tirar poder das mãos do executivo que lhe apoiava, já em 1951 seria tirar das mãos do executivo que lhe opunha,

parece mais conveniente, haja vista que ter este poder de remoção e transferência dos professores, poderia vir a ser objeto de extrema valia para a situação em futuras campanhas políticas. De forma alguma é possível afirmar as reais intenções de Barbosa com este projeto, já que seus argumentos para a defesa do mesmo se mostram muito consistentes e sólidos, mas ao mesmo tempo se torna inegável que analisando a conjuntura, o jogo político pode também estar presente, pleno de disputas e tensões.

Sr Francisco Mascarenhas: V. exa. vem defendendo com brilhantismo a classe a que v. exa. pertence. Entretanto, acho que v. exa. se inspira, unicamente numa época em que o Partido de v. exa. foi vencido e se encontra à frente do Governo alguém que tem o espírito voltado para um grande trabalho em benefício do Estado. É de se perguntar a v. exa. porque então v. exa. não inspirou os seus colegas de Partido na outra legislatura, quando fizeram centenas de transferências, principalmente na classe a qual, v. exa. com tanto brilhantismo e desassombro, defende nesta Assembléia, na Legislatura presente. (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, 1951, p. 406)

Como o PSD possuía a maioria na bancada dos deputados e com essa intensa disputada política interna entre os dois principais partidos, era muito pouco provável conseguir votos dos adversários, o projeto veio a ser aprovado. Todavia o governador Irineu Bornhausen possuía o poder de veto do mesmo e o utilizou alegando inconstitucionalidade do projeto, pelo fato de ir contra leis e decretos anteriores. Mesmo com o veto, o projeto voltaria a ser discutido na câmara, tornando as discussões cada vez mais acaloradas.

Na 69ª sessão, do dia 25 de julho de 1951, a UDN acusava a bancada do PSD de conspirar contra o governo do Estado, alertando para possíveis prejuízos ao próprio partido e ao Estado. Elpídio Barbosa com sua formação em Direito, vinha fundamentando juridicamente muito bem o seu projeto e não acreditava no fracasso. Entretanto sua defesa incessante do setor educacional e as remoções de professores/as que aconteceram durante seu período à frente do setor educacional eram motivos de ataque, assim como o fato de alegarem que tal projeto só foi mandado e aprovado devido à maioria que o PSD possuía na ALESC. Neste momento o tom emotivo e até certo ponto dramático nos discursos de Elpídio Barbosa pode ser novamente percebido. Sua carga retórica, nestes momentos, o faz colocar seu cargo de deputado à disposição se o projeto for tido de fato como inconstitucional, o que pode estar demonstrando muita confiança ou ser uma estratégia de um grande debatedor.

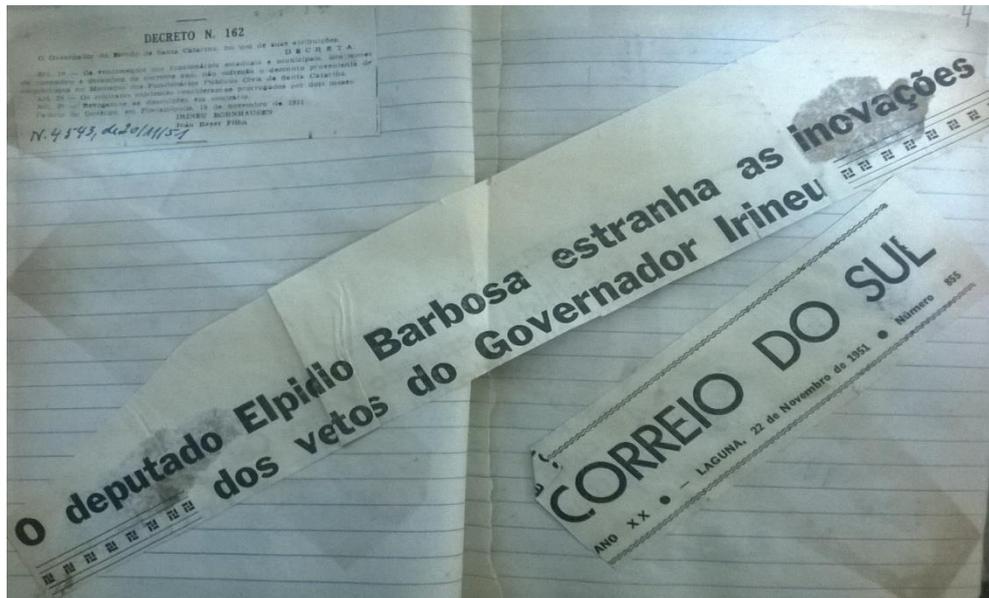
Sr Elpídio Barbosa: Ainda quero dizer aos nobres legisladores de Santa Catarina que o Projeto de Lei vetado pelo honrado e nobre sr. Governador Irineu Bornhausen, que essa Assembléia irá discutir na sessão de sexta-feira, é eminentemente constitucional e lanço aqui o seguinte convite e repto: Se esse Projeto de Lei for inconstitucional renuncio a cadeira de deputado e convido aos srs. Deputados que aceitem este meu repto de renunciarem a sua cadeira se por ventura,

tiverem certeza jurídica de o Projeto ser inconstitucional. É o convite e o repto que faço a todos os deputados aqui presentes. (Palmas) (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, 1951, p. 443)

A comissão de justiça responsável por analisar a constitucionalidade do projeto de Elpídio Barbosa toma decisão favorável a ele e contrária ao veto do governador Irineu Bornhausen. Na sessão 71<sup>a</sup>, do dia 27 de julho de 1951, tal decisão é anunciada na Assembléia, fazendo com que os deputados da UDN demonstrem grande insatisfação, com argumentos de ataques aos governos anteriores e ao fato deste projeto ser antidemocrático por conceder benefícios a uma classe específica. Tais argumentos são combatidos habilmente por Elpídio Barbosa, assim como o veto que o governador havia proposto ao seu projeto, que Barbosa fez questão de contrapor juridicamente ponto a ponto, com uma ação que visivelmente acirrava ainda mais os ânimos entre ele e o governador Irineu Bornhausen. Nesta última discussão é possível perceber, novamente, o forte apelo religioso de Barbosa quando utiliza inclusive um trecho da Bíblia em seu discurso, bem como o seu forte discurso jurídico cujo aporte teórico se justifica muito pelo lugar de onde veio também por sua formação jurídica. Estas situações estão a ocorrer em meados do ano de 1951, primeiro ano de Elpídio Barbosa como deputado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e os fortes atritos já são muito evidentes, como era de se prever em um período onde a “oposição” tomava o poder executivo em Santa Catarina depois de muitos anos.

Em um dos *Tomos* com recortes feitos por Elpídio Barbosa que se encontram no IDCH, há um recorte específico muito significativo (Figura 2). Nele encontra-se uma grande chamada com os dizeres “O deputado Elpídio Barbosa estranha as inovações dos vetos do governador Irineu” que é do jornal Correio do Sul, do dia 22 de novembro de 1951. Acompanhando este recorte está uma cópia do Decreto 162, do dia 19 de novembro de 1951, no qual o governador Irineu Bornhausen, trata de questões acerca dos vencimentos dos funcionários públicos. Mesmo sem entrar no mérito das questões do referido decreto, que necessitariam de um estudo mais aprofundado acerca deste caso específico, é possível perceber que se tal recorte consta desta maneira em um *tomo* do próprio Elpídio Barbosa, a tônica do momento entre ele o representante do executivo catarinense era de grande conflito, como se pode perceber nas discussões acerca do projeto proposto por Barbosa buscando a “inamobilidade” dos professores do ensino primário. Quem sabe todo esse desgaste tenha vindo a ser um dos motivos do fracasso de sua reeleição em 1955.

Figura 2- Recorte de jornal de 1951



(Tomos de Elpidio Barbosa no IDCH.)

## 2.2 CASA DOS PROFESSORES DE SANTA CATARINA: CONCORDÂNCIAS CONVENIENTES

Outra marca de boa parte da trajetória de Elpidio Barbosa é a luta pela criação e estabelecimento da Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina. Esta instituição visaria abrigar professores aposentados em idade avançada que não tivessem família que os amparasse. Por mais estranho que possa soar hoje em dia a ideia de professor /a sem nenhum amparo, é importante lembrar que naquele momento estávamos em uma sociedade em que a classe de professores era composta basicamente por mulheres, por este ofício ser visto como feminino embasado na ideia da meiguice e o do caráter maternal, inerentes a mulher, o que seria essencial para lidar com crianças e jovens. Logo era construída uma ideia entorno deste grupo de mulheres, que necessitava trabalhar e via no magistério umas das únicas opções, de uma *maternagem simbólica*, conceito trabalhado por Cunha (1999, p. 97), no qual a elas eram atribuídas tarefas similares as das próprias mães com os seus alunos.

Professoras eram honradas e puras, mas estavam, na escala social, um nível abaixo das heroínas, sempre nobres ou enobrecidas pelo casamento e, portanto, não necessitando de trabalhar como mestras. Figuras maternas e puras imagens construídas sobre os atributos da mãe ligavam-se visceralmente a imagem da

professora. Seu papel seria a extensão de uma atividade que já ocorria dentro de casa, uma forma de maternagem simbólica [...] Afetiva, terna, cristã, sem deixar de ser severa, disciplinadora, atributos femininos “por natureza”, atributos da professora por extensão.

Justamente por essa ideia de que o magistério era além de uma profissão, uma missão social, boa parte das professoras acabava por não constituir famílias ou ter filhos, dedicavam-se exclusivamente ao seu ofício e sua “missão” educadora. Por conseqüência muitas dessas professoras quando chegavam à aposentadoria, já com idade avançada, se encontravam desamparadas. Um desses casos em específico acontecido no ano de 1950 aparece muito bem descrito por Zenilda Nunes Lins em seu livro: “Fucapro: História e dimensão social”, que chegou a Elpídio Barbosa, na época diretor do departamento de educação, fazendo com que ele iniciasse uma jornada de criação e posterior consolidação de uma instituição que resolvesse este problema, à Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina.

Ciente do acontecido, o Diretor de Departamento, Professor Elpídio Barbosa, tomou as medidas necessárias imediatas. Mas a situação daquela professora, solteira, aposentada, morrendo sozinha no banco de um ônibus, levou-o a pensar em centenas de outros professores também solteiros, aposentados e desvalidos, que chegavam à velhice desamparados e sem um lugar para morar. Tal preocupação evoluiu para a idéia de se criar em Santa Catarina uma instituição que amparasse esses professores. (LINS, 1996, p. 20-21)

Em 1950 Elpídio Barbosa está em seu último ano à frente do departamento de educação de Santa Catarina, já que em 1951 inicia seu mandato como deputado estadual, para o qual se elegeu nas eleições de 03 de outubro de 1950. Já haviam registros documentais de sua atuação em prol da criação da Casa dos Professores antes desta data, podendo isto também ter contribuído para os votos que recebeu. A questão é que a Casa dos Professores só é fundada no ano de 1951, logo parte da luta de Elpídio Barbosa em prol de sua consolidação se dá de dentro da Assembleia Legislativa, como deputado estadual. Visto como o idealizador desta instituição, Elpídio Barbosa conta com o também professor Henrique da Silva Fontes para operacionalizar a sua existência, fato curioso é que Fontes é um aliado dos Konder-Bornhausen, oligarquia base da UDN, partido contrário ao de Elpídio Barbosa, sendo inclusive parte da equipe de governo do então novo governador, Irineu Bornhausen, a quem Elpídio Barbosa combatia e também era amplamente combatido. Todavia era católico praticante, o que pode ter ajudado a se sensibilizar pela causa, a qual Elpídio Barbosa defendia com fortes preceitos religiosos e também era pai de Paulo Fontes, a quem Elpídio Barbosa já havia feito menção em discurso anteriormente analisado.

Provavelmente devido ao seu caráter de auxílio aos professores mais velhos, algo que despertava forte apelo emocional, a Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina não é

combatida dentro da ALESC pelos opositores de Barbosa, quando o mesmo faz qualquer tipo de manifestação em prol desta instituição. Pode-se perceber que as falas em que ele faz menção a auxílios destinados a Casa dos Professores, não costumam receber contra-argumentos e os requerimentos costumam ser aceitos. Porém vale a análise de algumas delas, já que são marco visível e importante de sua trajetória como legislador.

Na 51ª sessão, no dia 28 de junho de 1951, Elpídio Barbosa traz um requerimento pedindo que a Assembleia envie uma mensagem para as câmaras municipais de Santa Catarina, solicitando um apoio financeiro das mesmas em prol da Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina. Tal mensagem se faz acompanhar com um discurso frisando a importância desta instituição, ele tem seu requerimento prontamente aprovado. Convém é perceber que esta sessão está em meio às diversas sessões em que houve discussões acerca do projeto que visava a “inamobilidade” aos professores do ensino primário, este gerando diversos conflitos entre as bancadas de PSD e UDN, já no que se refere à Casa dos Professores de Santa Catarina, não houve maiores discussões. Assim como já é marcante na atuação do deputado Elpídio Barbosa, pode-se perceber o forte caráter religioso e emocional, ficando ainda mais evidente quando trata de uma causa que possui potencial para gerar tanta comoção.

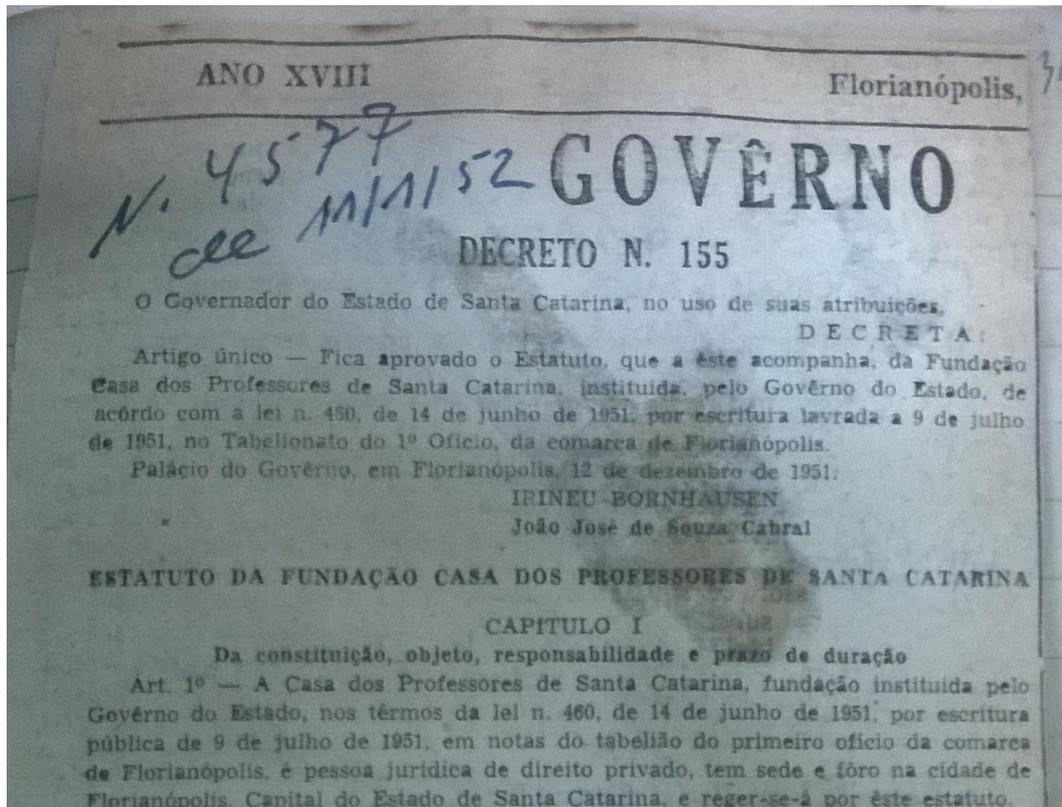
Sr Elpídio Barbosa: Temos todos nós uma dívida de irresgatável gratidão para com aquele que nos deu a primeira claridade e nos permitiu subir os degraus da existência. Há em todos nós a figura de nossa primeira professora: ela nos ofereceu, cristãmente, as luzes do seu saber. Para ela, um pouco do decréscimo dessa dívida de gratidão, trabalhando pela realização do seu abrigo, que a agasalhará, quando descer sobre ela o angustioso inverno dos seus últimos dias. (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, 1951, p. 350)

No ano seguinte, no dia 22 de abril, Elpídio Barbosa volta a tecer discurso em favor da Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina e requerendo desta vez que a Assembléia envie novo pedido as câmaras municipais de Santa Catarina, desta vez requerendo uma ajuda fixa das mesmas em prol da Casa dos Professores, sendo tal requerimento também aprovado, sem discussões. Entretanto, pode-se pensar também que a UDN está ligada a esta instituição, visto que Henrique da Silva Fontes é um dos idealizadores da mesma, integrante da UDN e participante da equipe de Irineu Bornhausen. Olhando por este viés, percebemos que a Casa dos Professores, de certa forma, se torna um ponto de convergência neste momento de fortes disputas entre o PSD e a UDN, mostrando que o jogo político não consiste somente nos embates, mas principalmente nas conveniências.

Por isso é que um partido político importante, em condições de exercer o poder, é sempre levado a articular compromissos aos quais o obrigam a heterogeneidade de seus apoios e a necessidade de levar em consideração, para governar, os pontos de vista dos adversários. Só os grupos minoritários, eternamente condenados à oposição, podem se permitir a intransigência doutrinária. Interessante para o conhecimento histórico, a composição sociológica de um partido não nos deve portanto levar a julgar de maneira pueril que é nela que se encontram os únicos elementos de explicação das atitudes políticas do partido, mesmo que esse dado esteja longe de ser desprezível. (BERSTEIN, 2003, p. 77)

Outra marca forte de Elpídio Barbosa foi sempre o reconhecimento público, quando tinha seus interesses atendidos, soando como sendo algo além do agradecimento, mas também uma estratégia na consolidação de seus laços, que sempre podem vir a serem úteis. Na 104ª sessão, do dia 16 de setembro de 1952, ele requer que a Assembleia envie seus aplausos ao Congresso Nacional pela aprovação de um projeto de lei que autoriza a união a emitir uma apólice em favor da Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina. Ao mesmo tempo em que exalta tal atitude e a importância da mesma e da instituição que ela favorece, Barbosa critica um dos membros do congresso que se posicionou contra o projeto. Tais demonstrações de agradecimento e descontentamento feitas no âmbito público e através de documentos sociais mostram como Barbosa queria que fossem de fato ouvidas e reverberassem de forma a fortalecer seus ideais e seus laços com os apoiadores, ou seja, suas redes de sociabilidade. A Figura 3 se trata de um recorte do Decreto nº 155, que trás o Estatuto da Fundação Casa dos professores de Santa Catarina, encontrado entre os recortes de Elpídio Barbosa nos seus *tomos*, reafirmando sua grande valorização por esta causa e por tudo que a envolvia.

Figura 3- Decreto nº 155, Estatuto da Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina



(Tomos de Elpídio Barbosa no IDCH.)

### 2.3 OUTROS PROJETOS: OS JOGOS POLÍTICOS EM EVIDÊNCIA

A atuação de Elpídio Barbosa através de discussões e falas nas reuniões da Assembleia não se resumiu somente a estes dois projetos, encontramos discursos referentes a outras questões educacionais, ou mesmo temas que fogem da educação.<sup>18</sup> Dentro da própria organização administrativa ele teve sua importância, se alternando nos cargos de primeiro e segundo secretário durante todos os quatro anos de seu mandato. Os estudos até aqui realizados permitem perceber momentos de convergência e momentos de divergências com a bancada da UDN, muito de acordo com o jogo de conveniências do tema em questão e da própria política partidária, em geral.

<sup>18</sup> Ver anexos, onde constam os projetos de lei de autoria de Elpídio Barbosa.

Na 48ª sessão, do dia 25 de junho de 1951, o deputado do PSD, Protógenes Vieira pede o apoio da Assembleia para um projeto de lei que visa à criação de uma Escola Normal no município de Mafra. Barbosa endossa o seu discurso, frisando que já lutava por isso no período em que esteve à frente do Departamento de Educação, já que tal construção seria de grande importância para que os alunos desta cidade deixassem de ir para a cidade de Rio Negro, no Paraná, já que Mafra não possuía Ensino Normal gratuito. Nesta discussão podemos ver a troca de elogios e afinidades entre os dois deputados em questão, que são do mesmo partido, Protógenes Vieira pedia o apoio para a construção de um estabelecimento de ensino em Mafra, sua cidade de origem, para tal nada melhor do que uma fala em apoio de Elpídio Barbosa, umas das referências dentro da Assembleia quando o tema era educação. Tal pedido de apoio além de se endereçar aos deputados, visava também o governador do estado Irineu Bornhausen, algo já um pouco mais complicado, devido aos conflitos que começavam a aparecer entre ele e a bancada do PSD.

O deputado Oswaldo Bulcão Viana, se mostrou um dos mais críticos a Elpídio Barbosa, utilizando de sua habilidade e por vezes muitas dessas atitudes, provavelmente se deviam ao fato de Bulcão Viana ser o líder da bancada da UDN dentro da Assembleia. Porém, no dia 03 de julho de 1951, Oswaldo Bulcão Viana requer uma homenagem a uma professora que completa quarenta anos atuando ininterruptamente no ensino primário de Santa Catarina, seu discurso é plenamente endossado por Elpídio Barbosa, que manifesta o seu apoio e o da bancada do PSD. Podemos perceber nesta fala uma pequena trégua, justamente em uma proposta de um dos deputados mais combativos dentro da Assembleia. Mas, vale salientar que seu requerimento além de se encontrar dentro da questão educacional, ia muito ao encontro com as práticas e a base eleitoral do próprio Elpídio Barbosa, de valorização dos professores, principalmente os do ensino primário e também de manifestações públicas e oficiais destas homenagens. Este ponto é levantado justamente em meio às discussões sobre o projeto proposto por Elpídio Barbosa que buscava a “inamobilidade” dos professores de ensino primário, Oswaldo Bulcão Viana busca homenagear uma destas professoras, entretanto fazia oposição ferrenha a um projeto que traria claro benefício à classe. Em princípio pode soar como incoerência, mas ao mesmo tempo propor uma homenagem deste tipo, pode ter o intuito de melhorar sua imagem com uma classe que possivelmente estava descontente com ele, haja vista também a forte influência que Elpídio Barbosa exercia sobre ela.

Houve também, divergências quanto a outras falas e propostas de Elpídio Barbosa que não tratavam de questões educacionais, sendo estas oriundas de membros da UDN. Na 54ª

sessão, do dia 04 de julho de 1951, o deputado Oswaldo Cabral fala de maneira contrária a um projeto governamental que dispõe sobre benefícios para diretores de repartições estaduais que atingissem mais de dez anos no cargo, alegando não ver utilidade no cargo já que o Estado não possuía nenhum diretor que tivesse esse tempo, logo não haveria ninguém a ser beneficiado naquele momento por esta medida. Elpídio Barbosa se manifesta contrário à fala de Oswaldo Cabral, alegando que o projeto não possuía um endereçamento específico, mas visava beneficiar funcionários que viessem a atingir este tempo desempenhando determinada função. Interessante ver que este projeto é de origem governamental, sendo proposto pelo executivo no mandato anterior, justamente de um governador do PSD, o que explica um pouco do apoio de Elpídio Barbosa para o mesmo, assim como o fato de ele buscar beneficiar profissionais que se encontram em cargos como o que o próprio Elpídio Barbosa já havia ocupado anteriormente, diretor do Departamento de Educação.

Parece correto supor que o projeto não visava beneficiar especificamente Barbosa, pois ele já havia deixado o cargo, mas poderia ser de grande valia aos seus sucessores no setor educacional, envolve jogos de interesses por ter sido proposto por seu aliado do PSD.

Na 25ª sessão, do dia 26 de fevereiro de 1953, Elpídio Barbosa pede a palavra para manifestar apoio à situação de calamidade em que se encontram os habitantes do nordeste brasileiro, devido à forte situação de seca que enfrentavam naquele momento. Pede também uma mobilização em apoio do estado de Santa Catarina, através das lideranças estaduais e municipais. Neste momento o deputado da UDN, Nelson Rosa Brasil manifesta apoio às palavras de Elpídio, mas crítica o fato de Elpídio Barbosa ter sido inconclusivo em sua proposta de apoio, Francisco Neves do PTB manifesta seu apoio e de toda a bancada do PTB, assim como o presidente da mesa, que cria uma comissão composta pelos três deputados que se manifestaram, para que tragam propostas concretas de auxílio. Neste episódio pode-se conjecturar que Elpídio Barbosa mostra seu caráter filantrópico e emotivo quando levanta este assunto, sendo, entretanto criticado por um dos membros da bancada da UDN pela falta de uma proposta concreta, tal provocação também pode ser motivada pelo desgaste entre UDN e PSD durante aquele mandato, haja vista que já estão em 1953 e muitos foram os pontos de extrema divergência, inclusive envolvendo o próprio Elpídio Barbosa.

Anais de assembleias legislativas provavelmente sempre sejam um emaranhado de discussões e jogos políticos, logo os que se referem ao mandato de Elpídio Barbosa como Deputado Estadual de Santa Catarina não seriam diferentes. Porém, este momento em

específico carrega interessantes peculiaridades. Santa Catarina vivia um momento de bipolarização partidária, sendo o PSD e a UDN as duas grandes forças e os demais partidos ocupando um segundo plano, fazendo com que as disputas políticas de dessem sempre no mesmo sentido, entre estas duas forças, apoiadas por duas fortes oligarquias.

Elpídio Barbosa estava no PSD, do lado dos Ramos que sempre o apoiaram em sua meteórica trajetória de ascensão no setor educacional catarinense, mas que naquele momento haviam perdido o poder executivo do Estado depois de muito tempo. Legislar tendo o executivo estadual contrário ao seu partido, justamente depois de muitos anos à margem, é a tarefa de Elpídio Barbosa e junto com isso carregar a insígnia de representante da educação, sendo por vezes atacado por demasiada atenção a este setor e tendo por vezes elementos de suas atuações anteriores em outros cargos, trazidos à tona nas discussões. Ao mesmo tempo também gozava de certo prestígio por sua trajetória, que coincide justamente com um momento no qual a educação esteve em cena, sendo visto como voz de autoridade no assunto quando a discussão da Assembleia era esta.

### **3 DOCUMENTOS OFICIAIS: ANALISANDO OS REQUERIMENTOS E PROJETOS DE LEI**

Após sua gestão à frente do Departamento de Educação de Santa Catarina, na década de 40, Elpídio Barbosa se candidata a Deputado Estadual e é eleito no ano de 1950, iniciando seu mandato no ano seguinte. Durante sua longa jornada como educador catarinense, ele construiu uma imagem para si, devido tanto ao lugar de visibilidade que ocupava nas demandas educacionais como às suas ações reconhecidas como inovadoras no sistema educacional e na própria concepção de ensino, pois que, pela própria legislação que criou e colocou em ação, é considerado responsável pela implantação de inovações que caracterizariam a adoção de princípios ligados aos pressupostos da Escola Nova, em Santa Catarina.

Some-se a isso o fato de que foi na década de 1940, mais precisamente em 1946, sob a gestão do Prof. Elpídio Barbosa no Departamento de Educação, como já enfatizado, que se implanta a Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Santa Catarina, pelo Decreto Estadual n.º 298, de 13 de novembro de 1946. Esta legislação estadual referendou as normas da Lei Federal do Ensino Primário (Lei Orgânica Federal do Ensino Primário —Lei n.º 8.529, de 02 de janeiro de 1946)<sup>19</sup> re-estruturando o ensino primário catarinense nos moldes da Escola Nova. (WERNECK DE PAULA, 2013)

Para colocá-la em prática, foram elaborados pelo Departamento de Educação o “Regulamento para os Estabelecimentos do Ensino Primário” —Decreto n.º 3.735, de 17 de dezembro de 1946 —um detalhado documento composto de 761 artigos, que dispôs sobre as bases de organização, a estrutura e os tipos de estabelecimento de ensino, período letivo, férias, regime de aula, critérios para promoção de alunos, atribuições do corpo docente, administração, disciplina e escrituração escolar, instituições complementares da escola, entre diversos outros; o “Regulamento para o serviço de Inspeção Escolar” —Decreto n.º 3.733, de 12 de dezembro de 1946 — e os “Programas para os Estabelecimentos de Ensino Primário” - Decreto n.º 3.732, de 12 de dezembro de 1946.

---

<sup>19</sup> Lei Orgânica Federal do Ensino Primário e Ensino Normal, denominação dada aos Decretos nº 8.529 e 8.530, ambos de 02 de janeiro de 1946, aprovada em Santa Catarina pelo decreto-lei 298 de 18 de novembro de 1946.

Toda esta legislação deu protagonismo à figura do Prof. Elpídio Barbosa e, por conseguinte, propiciou uma maior proximidade com a classe dos professores e demais cargos do ensino, sendo inegável considerar que a base de seu eleitorado, provavelmente, foi constituída por essas classes e motivada pelas suas atuações anteriores na área da educação. Neste capítulo serão analisados documentos oficiais constituídos, basicamente, por requerimentos e projetos de lei, que foram assinados ou mesmo tiveram a autoria de Elpídio Barbosa, no exercício de seu mandato de deputado estadual. Por se tratar da análise de um momento político, se faz interessante a utilização desses documentos oficiais como fonte de análise, haja vista que eles mostram um viés de por onde caminhou a atuação de um determinado personagem político e o que ele buscava com o seu cargo, suas intenções. Para tal análise da fonte, entender o contexto em que ela está inserida, se torna um ponto essencial, bem como sempre “desconfiar” da mesma, não tomando-a como uma verdade absoluta, mas sim como um objeto passível de análise. Análise esta que depende de um conhecimento acerca do contexto que possibilite entender as intencionalidades de produção da fonte histórica, como escreveu Bacellar (2008, p. 64):

O historiador não pode se submeter à sua fonte, julgar que o documento é verdade, assim como que o jovem candidato à recruta saiu de casa; antes de tudo, ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos.

O tema da educação foi assunto recorrente em tudo que se encontra sobre a atuação de Elpídio Barbosa como deputado estadual. Assim, como nas circulares do seu período no Departamento de Educação, é possível perceber determinadas divisões no que se refere às propostas de questões educacionais durante a vigência de seu mandato conforme análise de documentos.

As propostas de Elpídio na Assembleia Legislativa de Santa Catarina foram divididas em quatro grupos de documentos. O primeiro grupo de documentos analisados mostra o reconhecimento e a valorização que Elpídio Barbosa buscava para a classe dos educadores; o segundo grupo trata de medidas que visam melhorias diretas no sistema educacional e na sua estrutura, o terceiro grupo aborda o reconhecimento de alguns órgãos ligados a questão educacional e o quarto grupo era referente às questões humanitárias e filantrópicas, que são marcas de toda a carreira de Elpídio Barbosa. Tais documentos consistem em requerimentos, manifestos e projetos de lei, disponibilizados pelo Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Ressalta-se aqui, que a pesquisa se dá em um acervo diretamente ligado ao órgão político do legislativo e em tipos de documentos que produzidos

em um passado que, deslocando-se no tempo ainda hoje são produzidos. Considerando sua pertinência como documentos que prolongam sua presença em estudos que vão do presente ao passado e permitem construir hoje, um sentido aquele passado.

### 3.1 PRIMEIRO GRUPO: VALORIZAÇÃO DA CLASSE EDUCADORA

Elpídio Barbosa sempre demonstrou um grande apreço pela classe educadora e por isso deixou evidente a sua busca por demonstrações oficiais e públicas de reconhecimento para este grupo. Obviamente a sua incessante luta pela conquista de direitos para os professores já deixa isto bem explícito. Como ele buscava também um reconhecimento formal da classe de professores/as, perceptível em todos os cargos que ocupou durante o seu mandato como Deputado Estadual não foi diferente. Duas demonstrações evidenciam esta atitude: a sua insistência na causa referente ao dia do professor – comemorado sempre na data de 15 de outubro - e constantes requerimentos para que fossem postos em ata votos de pesar pelo falecimento de professores/as, trazendo à memória vidas anônimas.

No requerimento número 247, do dia 06 de junho de 1951, ele pede para que seja consignado em Ata, em reunião na ALESC, de um voto de pesar pelo falecimento de cinco professores de cinco cidades diferentes do estado de Santa Catarina, mostrando sua atenção com várias áreas. Além disso, ele enfatiza a importância dos serviços desempenhados por estes profissionais para a sociedade e pede para que as respectivas famílias e Departamento de Educação também recebam estes votos. Este reconhecimento público precisava ser visto na sociedade, pois além de mostrar o grande respeito que se tinha por estes profissionais, era uma estratégia que contribuía para fortalecer a imagem da figura de Elpídio Barbosa junto a seus/suas prováveis eleitores/as, como batalhador em prol da classe educadora, naquele momento sendo lembrada e reverenciada pela Câmara dos Deputados de Santa Catarina.

Requeremos que seja consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento dos professores [...], e que, desta homenagem, seja dado conhecimento às famílias do extintos e ao Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina. Foram todos educadores que serviram, com dedicação, à infância catarinense. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, Requerimento 247, 06/07/1951.)

As comemorações relativas ao Dia do Professor constituíam um ponto presente na sua trajetória, durante seu período na Assembleia Legislativa. No requerimento número 545, de

15 de outubro de 1951, o dia do professor, Elpídio Barbosa elabora um texto enaltecendo a importância do professor na vida de todo cidadão e dando especial ênfase no primeiro professor de cada um; relata como esta figura pode marcar positivamente as trajetórias pessoais, mostrando que esta data é um importante marco na história da educação brasileira, pois se trata do dia que presta homenagem à criação da primeira escola no Brasil. Após esse texto, ele pede ao presidente que seja registrado em ata um voto de congratulações para todos os professores pela sua data reconhecendo a sua enorme importância para a sociedade.

Dois anos depois, no requerimento número 382, de 15 de outubro de 1953, novamente Dia do Professor, Elpídio Barbosa volta a pedir que seja registrado em ata um voto de congratulações pelo dia do professor, mas desta vez vai além, solicitando também que seja enviado um telegrama ao magistério catarinense, parabenizando-o pela data. Desta forma ele sugere um texto, aparentemente redigido pela professora Ondina Nunes Gonzaga, diretora do Departamento de Educação naquele momento, no qual parabeniza e agradece aos professores pelo desempenho da sua importante missão em prol da pátria brasileira. Fica assim perceptível como Elpídio Barbosa busca reconhecimentos oficiais e públicos para a classe educadora catarinense, sempre enfatizando o desempenho de suas funções como uma “missão” de caráter nobre e de suma importância para a sociedade e para a pátria brasileira, conceito de grande relevância naquele contexto de fortalecimento da nacionalização do ensino, iniciada oficialmente no final da década de 1930.

Não há, senhor presidente, quem, regressando ao passado, não dê testemunho, nem se recorde do seu primeiro professor. Ainda sentimos, em tom de agradecida e saudosa memória, a mão benfazeja do velho mestre, que abriu claridades no nosso entendimento de criança, permitindo-nos subir os degraus da existência. No seu dia – No Dia do Professor – envolvemos no manto do nosso mais ardente agradecimento que, no passado como no presente, vem oferecendo a Pátria a pedra angular da sua grandeza. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, Requerimento 382, 15/10/1953.)

### 3.2 SEGUNDO GRUPO: MELHORIAS NO SISTEMA EDUCACIONAL

Além das medidas de reconhecimento, também são notáveis as medidas que visam melhorias diretas nas condições do ensino e dos educadores propostas e defendidas por Elpídio Barbosa durante seu mandato como Deputado Estadual. Para elucidar isto, apresenta-se um requerimento e um Projeto de Lei, sendo o primeiro assinado por ele e o segundo de sua autoria. O requerimento número 271, de 18 de junho de 1951, visa pedir urgência para

projetos de lei que tratam da doação de terrenos para a construção de estabelecimentos de ensino nas cidades de Canoinhas, Lages, Guaramirim e Itajaí. Tal requerimento mostra, é claro, a atuação de Elpídio Barbosa no setor educacional, mas eles anunciam, também, alguns outros pontos marcantes de suas proposições. Como já dito anteriormente, o crescimento no setor educacional em Santa Catarina trazido com a “Santíssima Trindade”<sup>20</sup> e as reformas Trindade e Elpídio Barbosa, se deu principalmente em caráter quantitativo, ou seja, na construção e aumento de estabelecimentos de ensino, o que se pode ver justamente neste documento, que visa à doação de terrenos para a construção de novos estabelecimentos de ensino. Outro ponto é a questão destes estabelecimentos estarem sendo construídos em cidades do interior do Estado, proposta também trazida por estas reformas do ensino, ou seja, investir no ensino das crianças do interior, principalmente em locais onde se encontravam as populações de origem estrangeira e que, por princípio, necessitavam ainda mais da campanha de nacionalização do ensino, além do fato é claro, da necessidade de se levar o ensino ao maior número de crianças possível por todo o Estado.

Elpídio Barbosa também investiu em outras melhorias que não só as de caráter quantitativo, melhorias no ensino, através de melhores condições de trabalho aos educadores. Um de seus projetos marcantes neste sentido é o projeto de lei número 34/51, aprovado em 12 de julho de 1951, que dispõe sobre cargos de magistério obtidos através de concurso. Este projeto buscava ampliar para os/as professores/as do ensino primário uma medida que já existia para os/as professores/as do ensino secundário, que era dar a garantia de permanência deles em seus postos de trabalho, ou seja, garantia que os professores do ensino primário que conseguiram seus cargos através de concurso, não fossem transferidos de escola ou removidos quando o governo quisesse, enfim, tais medidas só se dariam por vontade do próprio professor.

O principal argumento de Elpídio Barbosa e dos defensores deste projeto, era que esta medida daria uma segurança maior ao professor, o que possibilitaria um melhor desempenho,

---

<sup>20</sup> O termo “Santíssima Trindade” neste contexto, se refere a três intelectuais catarinenses, ligados diretamente as questões educacionais e que defendiam os novos ideais de educação propostos pelo movimento da Escola Nova durante meados do século XX, e que ocuparam diversos cargos administrativos de grande importância no setor educacional catarinense nesta época, eram eles: Luiz Sanches Bezerra Trindade, João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa. Ver: FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: Ensino público e política de assimilação cultural no estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. 2ª ed, 1991, Editora da UFSC.

além de diminuir os casos de alternância de professores em uma turma, já que isto atrapalhava muito o processo de ensino. Esta proposta foi amplamente debatida e combatida por alguns membros da Assembleia Legislativa, sendo acusada de inconstitucional e necessitando ir para uma avaliação jurídica em instâncias superiores, que declararam o projeto como constitucional. No próprio documento do projeto de lei é possível ver estas discordâncias, já que nele consta um parecer de sua constitucionalidade e um voto em separado do deputado Oswaldo Cabral, se opondo ao projeto. Algumas discussões acerca deste projeto foram analisadas no capítulo anterior, que trabalhou justamente com trechos de debates envolvendo Elpídio Barbosa na Assembleia Legislativa. Pode-se perceber a preocupação de Elpídio Barbosa com a melhoria das condições de trabalho dos educadores, afinal de contas, dar maiores garantias e estabilidade, é de grande valia no exercício de uma profissão, entretanto é necessário analisar os jogos políticos em torno destas medidas.

### 3.3 TERCEIRO GRUPO: ÓRGÃOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Analisando os projetos de lei de autoria de Elpídio Barbosa, é possível perceber a quantidade de projetos de lei que visam considerar diversas instituições como sendo de “utilidade pública”. Destacarei duas que, de alguma forma, se relacionam com o setor educacional e mostram algumas características de Elpídio Barbosa.

No projeto de lei número 21/52, aprovado no dia 21 de agosto de 1952, Elpídio Barbosa visa considerar de utilidade pública o Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina, tal ponto é defendido pela comissão de educação e cultura dentro da Câmara de Deputados, mostrando a importância histórica deste acervo e provando seu pleno funcionamento, através de documentos e certidões. O texto da citada Lei esclarece que a sua diretoria não era remunerada. Tal arquivo tem como finalidade o processo de conservação de livros, objetos e documentos ligados ao contexto histórico eclesiástico e sua salvaguarda visa contribuir para o patrimônio histórico-cultural e científico de Santa Catarina. Através destes dados e argumentos apresentados se pede que tal instituição seja considerada de utilidade pública.

Pode-se também perceber outra marca de Elpídio Barbosa, a sua forte religiosidade, cuja presença é notável na análise de seus discursos e documentos ao longo de sua trajetória,

em que ele faz menção a aspectos e figuras religiosas, mais especificamente da religiosidade católica, amplamente predominante naquele contexto histórico. Tal situação não levava em conta o Estado republicano, constitucionalmente laico, do qual Elpídio Barbosa era um dos representantes. Assim, era comum em seus discursos referências e invocações de cunho católicas que permeavam as suas atribuições políticas.

O fundamento de todas essas mediações reside no fato de que a crença religiosa se manifesta em Igrejas que são corpos sociais dotados de uma organização que possui mais de um traço em comum com a sociedade política. Como corpos sociais, as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda a vida delas pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*; toda a vida delas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles. (COUTROT, 2003, pg. 334)

No projeto de lei número 152/54, aprovado em 07 de dezembro de 1954, Elpídio Barbosa considera de utilidade pública a Escola Técnica de Comércio Senna Pereira, localizada na localidade do Estreito, em Florianópolis, com sede no Grupo Escolar José Boiteux. Esta petição se faz acompanhar de documentos que mostram que esta instituição seguia as devidas conformidades jurídicas necessárias para ser considerada de utilidade pública. A atenção com tal órgão mostra a preocupação de Elpídio Barbosa para além do ensino regular, mas em formar também trabalhadores especializados, a valorização do trabalho pode ser vista em diversos momentos seus e também era um ideal vigente naquele momento histórico em que se encontrava o Brasil.

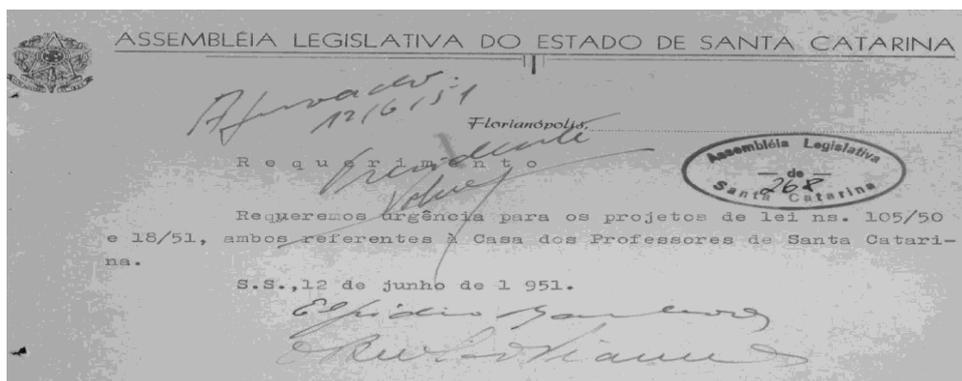
Considerar estas instituições como sendo de utilidade pública também fortalece as relações de Elpídio Barbosa com outros grupos ligados ao magistério, algo necessário quando se está neste meio, fortalecer laços que sejam de interesses em futuros apoios é uma característica perceptível de Barbosa. Com isso têm-se evidências que Elpídio Barbosa não atuava puramente como educador dentro da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, mas buscava se fazer presente em outras frentes, que atendiam também interesses de outros grupos, grupos estes que fazem partes de instituições já formadas e articuladas. Propor tais instituições como de utilidade pública poderia funcionar como uma estratégia para fortalecer sua imagem para além dos horizontes educacionais e estender seu raio de atuação parlamentar para outros grupos articulados e que possuíam relevância dentro dos jogos de sociabilidade política no período.

### 3.4 QUESTÕES HUMANITÁRIAS EM PROL DA CLASSE EDUCADORA

Podem-se perceber algumas causas que são marcadamente defendidas por ele ao longo de sua trajetória, uma das mais importantes é com certeza a Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina, que visava abrigar professores aposentados que se encontrassem desamparados. O mandato de Elpídio Barbosa como Deputado Estadual, coincide justamente com o período em que estão sendo ajustados os últimos detalhes para a fundação desta instituição e, portanto, logo ele demandou grande atenção para que este projeto fosse concretizado.

No dia 06 de maio de 1952, ele envia por meio da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, um pedido para que a Câmara dos deputados federais aprove o projeto do Deputado Federal Leoberto Leal que visa à fundação da Casa dos Professores de Santa Catarina (Figura 5). Frisando a grande importância desta instituição e o seu forte caráter social de amparo aos professores, apresentados como figuras muito importante na vida da Nação. No requerimento número 268, de 12 de junho de 1951, assinado por Elpídio Barbosa, já se pedia urgência para dois projetos de lei, ambos referentes à Casa dos Professores de Santa Catarina (Figura 4).

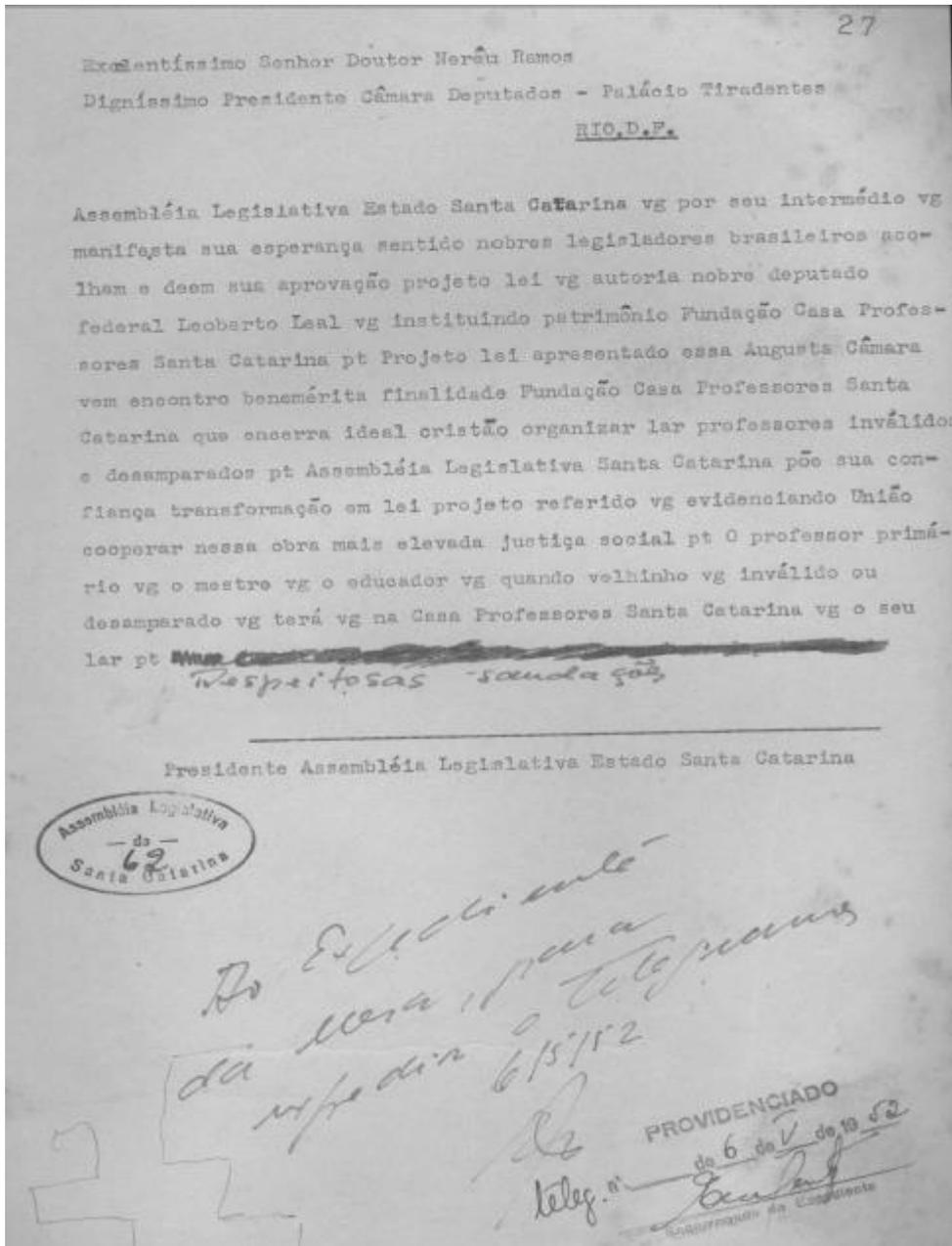
Figura 4- Requerimento de Elpídio Barbosa



(Acervo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

Figura 5- Requerimento endereçado a Câmara Federal pedindo a aprovação de projeto referente a Casa dos Professores de Santa Catarina.

Figura 6- Requerimento endereçado a Câmara Federal pedindo a aprovação de projeto referente a Casa dos Professores de Santa Catarina.



(Acervo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.)

Percebe-se um maior engajamento de Elpídio Barbosa nesta causa com os dois projetos de lei de sua autoria, ambos referentes a este tema. No projeto de lei número 26/52, aprovado em 11 de julho de 1952, que busca emitir apólice em favor da Fundação Casa dos

Professores de Santa Catarina, esta apólice seria paga pelo governo e seu valor seria unicamente destinado para os fins da Casa dos Professores de Santa Catarina, sendo devolvido o valor, em caso de esta instituição interromper seu funcionamento.

No texto deste projeto Elpídio Barbosa enaltece a importância da classe dos professores e do reconhecimento aos mesmos, que simbolizaria a Casa dos Professores de Santa Catarina, frisa também que o valor solicitado é pequeno e que seria totalmente voltado para as necessidades desta instituição. É possível perceber também como ele contava com apoio de outros membros da Assembleia nesta causa, visto as assinaturas de outros deputados em documentos anexados ao projeto, bem como discursos de apoio.

Mesmo para a oposição composta maciçamente pela bancada da UDN, era difícil se manifestar contrária a esta medida, devido ao seu forte apelo emocional e humanitário, podendo afetar negativamente a imagem do partido e de seus integrantes, um possível combate a esta causa. Além disso, são frisados também o caráter cristão desta “missão” de auxílio aos professores desamparados e também a grande ajuda que a Beneficência dos Professores de Santa Catarina estava dando para esta instituição, mostrando que a Casa dos Professores de Santa Catarina é uma iniciativa dos professores, para os próprios professores.

Temos todos nós uma dívida de irredimível gratidão para com aquele que nos deu a primeira claridade e que nos permitiu subir os degraus da existência. Há, em todos nós, a figura da nossa primeira professora: ela nos ofereceu, cristãmente, as luzes do seu saber. Para ela, um pouco do decréscimo dessa dívida de gratidão, trabalhando todos pela realização do seu bom ABRIGO, quando descer sobre ela o inverno dos seus últimos dias. Com o pensamento alto, rogamos e suplicamos a DEUS, para que a sua benção desça sobre a CASA DOS PROFESSORES DE SANTA CATARINA, permitindo ELE a sua realização, porque é sublime o nosso propósito: dar ao professor, em dias sombrios, o sossegado cantinho, que será eminentemente seu – do velho e querido professor. DEUS GUARDE A TODOS. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, Projeto de lei 26/52, 11/07/1952.)

Já com a Casa dos Professores de Santa Catarina em funcionamento, sendo pensada inicialmente por Elpídio Barbosa em 1950 e posta em forma legal e institucional em 1951 por Henrique da Silva Fontes, através da lei nº 460 de 14 de junho de 1951, tendo no dia 09 de julho do mesmo ano sua escritura de instituição registrada, se tem registro dos seus primeiros residentes no mês de fevereiro do ano de 1953<sup>21</sup>. Elpídio Barbosa demonstra ainda estar engajado para manter seu pleno funcionamento. No projeto de lei número 154/52, aprovado em 13 de outubro de 1952, de autoria do próprio Elpídio Barbosa, está à proposta de isentar a

---

<sup>21</sup> Ver: LINS, Zenilda Nunes. FUCAPRO: História e Dimensão Social. Florianópolis, EDEME, 1996, p. 19-45.

Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina de impostos. Para ser mais preciso, ele busca isentar os imóveis adquiridos por esta fundação para o seu funcionamento, dos impostos normalmente cobrados. Para este propósito ele volta a frisar, como já feito diversas vezes anteriormente, a grande importância e o caráter humanitário desta fundação, podendo-se perceber como conta com o apoio de outros parlamentares.

Analisando estes documentos, desde as circulares da época do Departamento de Educação, até o momento da gestão como deputado estadual, é possível perceber o discurso pronto e repetitivo de Elpídio Barbosa em prol desta fundação, porém um discurso inflamado e de grande apelo, visto os recursos por ele utilizados de tocar nas causas humanitárias, com fortes apelos de cunho religioso, social e até mesmo com doses sentimentais, para destacar a grande importância, em geral idealizada do ofício de professor e por consequência da Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina.

Outro marca forte da questão humanitária e filantrópica de Elpídio Barbosa, é a Beneficência dos Professores de Santa Catarina, entretanto este órgão já existia quando Elpídio Barbosa assumiu o seu mandato como deputado estadual de Santa Catarina, tendo sido ele um de seus idealizadores e contribuindo muito para a sua fundação. Por isso é perceptível nos documentos que, neste caso, as suas reivindicações são mais voltadas para um reconhecimento e também uma afirmação deste órgão. No documento número 538, do dia 10 de outubro de 1951, assinado por Elpídio Barbosa, a Assembleia Legislativa parabeniza a Beneficência dos Professores de Santa Catarina pelo seu quinto ano de existência, citando a professora Oswaldina Cabral Gomes, presidente deste órgão e também todo o professorado catarinense, podendo-se perceber um reconhecimento a sua importância.

No projeto de lei número 28/54, aprovado no dia 25 de maio de 1954, de autoria do próprio Elpídio Barbosa, ele visa que a Beneficência dos professores de Santa Catarina seja reconhecida como órgão de utilidade pública. Para tal aprovação ele enfatiza no texto a importante proposta desta instituição bem como seu pleno funcionamento e sucesso na sua empreitada nos seus primeiros anos de existência. Assim como no caso da Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina, os discursos são de grande apelo emocional e social, repetidos nos diversos documentos que tratam deste mesmo assunto, neste caso acrescido por dados e números que provam o pleno funcionamento desta instituição. Considerar a Beneficência dos Professores de Santa Catarina de utilidade pública é visto como uma forma de

reconhecimento da nobre missão desta instituição e do sucesso que vem alcançando, bem como de possibilitar recursos públicos para seu funcionamento constante.

3- Nascida sobre o signo de congregar o professorado barriga-verde, em termos de solidariedade social cristã, a Beneficência dos Professores de Santa Catarina vem se revelando como expressão do quanto pode a união através de uma idéia compreendida, sentida e assimilada.

4- Entenderam e atenderam os professores de Santa Catarina o sentido da sua Beneficência e a sombra amiga desse ideal eminentemente cristão vieram integrar-se, para viverem e comungarem no esforço comum de bem servir à sua classe.

6- Idéia, sem lideranças pessoais, a Beneficência dos Professores de Santa Catarina resguardou ao professor o futuro da sua família no instante penoso do final da sua existência. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, Projeto de lei 28/54, 25/05/1954.)

Os documentos analisados aqui são uma pequena parte dos encontrados, entretanto a seleção se deu partindo de dois critérios básicos, o primeiro buscava documentos relacionados ao tema educacional, visto que a proposta do presente trabalho é analisar Elpídio Barbosa como um educador atuando na Assembleia Legislativa, porém sua atuação de maneira alguma se restringiu exclusivamente ao tema educacional. Em sua atuação na ALESC, é possível encontrar documentos que mostram sua atuação em outras frentes, como no requerimento 370, do dia 7 de outubro de 1952, que pede que concebida uma pensão a um artista catarinense chamado Moacir Fernandes de Figueiredo, ou no requerimento 526, de 7 de janeiro de 1953, que pede que seja enviado um apelo para a Câmara de Vereadores de Blumenau e para seu prefeito visando a doação de terras para a União Beneficente de dos Trabalhadores de Blumenau, vários projetos de lei que consideram instituições de utilidade pública e também requerimentos para que sejam postos em ata votos de pesar pelo falecimento de diversas pessoas da sociedade catarinense, como funcionários públicos, industriais, médicos, etc.

O segundo critério foi selecionar os documentos de maneira que os escolhidos representassem uma linha geral, obviamente cada documento é único e carrega consigo uma gama de especificidades, entretanto em um trabalho é preciso selecionar e estes foram selecionados buscando representar o contexto maior e criar uma coesão na elaboração textual. Para isso é necessário um estudo aprofundado dos documentos, bem como de seus autores e do contexto de produção dos mesmos. Somente este arcabouço de informações possibilita que se trabalhe de maneira adequada com os documentos, estabelecendo constantes que possibilitem a seleção dos documentos diretamente analisados no trabalho.

Munido das armas e precauções dispostas anteriormente, de conhecimento prévio sobre o assunto (fruto de muita pesquisa bibliográfica a respeito do período estudado e do que concluíram historiadores que trabalharam antes dele), o pesquisador está pronto para prosseguir na análise e na interpretação de suas fontes. Já pode cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História. (BACELLAR, 2008, pg.71)

Analisando estes documentos do mandato de Elpídio Barbosa como deputado estadual de Santa Catarina é possível encontrar diversos traços semelhantes ou de continuidade com as circulares analisadas anteriormente, do seu período à frente do Departamento de Educação, sendo justamente esta a ideia, entrelaçar estes diferentes momentos ao ponto de se chegar a uma coesão que nos mostre a trajetória deste intelectual em um âmbito maior e não restrito a cada cargo específico por ele ocupado.

Analisar o contexto maior em que ele estava inserido faz com que suas ideias e propostas tenham mais sentido na hora de se trabalhar com tais documentos oficiais. E é justamente essa uma das propostas da história do tempo presente, trabalhar com estes acontecimentos recentes, mas inseridos dentro da longa duração, de um contexto maior.

A história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo. Ela se diferencia, portanto, da história imediata porque impõe um dever de mediação. [...] Defenderei, de minha parte, a ideia de uma verdadeira singularidade da noção da história do tempo presente que reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do «espaço de experiência» e no presente do passado incorporado. (DOSSE, 2012, p. 6)

Sempre é bom lembrar que os documentos aqui trabalhados referem-se à década de 1950 basicamente, ou seja, documentos de um período ainda extremamente recente e que estão inseridos dentro de conjunturas políticas muito maiores e de que, ainda, sobrevivem vestígios. Por isso com eles nesse momento não se estuda algo fechado ou terminado, mas sim um processo que ainda está acontecendo, o qual ainda estamos vivenciando e de certa forma participantes. Este, todavia, não deve ser um empecilho ao historiador, pois a análise neste momento acerca deste objeto, não impede que análises futuras sejam feitas de maneiras diferentes, de acordo com o contexto de produção e de possíveis novas fontes, nenhuma delas deve ser invalidada e todas são de suma importância na produção de conhecimento histórico.

Pois quando trabalhávamos sobre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1980, discutíamos sobre um processo (a URSS e o comunismo) que achávamos que duraria mil anos. Ninguém imaginava, em 1980, que o sistema soviético cairia nove anos mais tarde, praticamente sem guerra. Ok, mas a resposta foi bastante simples. Os historiadores não tinham nada a dizer sobre as questões da atualidade e iríamos “abandonar” todas (as análises) aos jornalistas e à ciência política? Não, isso é ridículo! Nós fazemos uma história inacabada. Nós fazemos uma história do inacabado. Nós assumimos o fato de que as análises que

vamos produzir sobre o tempo contemporâneo, provavelmente, terão certa duração e que os acontecimentos vindouros podem mudá-las. (ROUSSO, 2009, p. 205-206)

Desta forma, não se tem em momento algum a pretensão de alguma maneira “fechar” os estudos acerca deste objeto, ou se utilizar de tais documentos oficiais na busca de uma verdade absoluta. A concepção de História do Tempo presente não permite mais isso, já que trabalhamos com objetos de estudo que se encontram em contextos maiores, que ainda estão com representações presentes. O que se busca é utilizar estes documentos como fontes de grande importância e analisar seus conteúdos, suas propostas, mas também problematizá-los com o amparo de um entendimento prévio do seu contexto de produção, suas possíveis intencionalidades e também as dos personagens que com este documento estão de alguma maneira envolvidos. Esta análise passa a ser uma, entre as tantas possíveis para se analisar um mesmo momento e até um mesmo objeto, sendo que nenhuma deve buscar uma verdade acerca do que foi o mandato de Elpídio Barbosa como deputado estadual de Santa Catarina, mas sempre tentar enxergá-lo dos diferentes ângulos possíveis.

O historiador deve, desse modo, renunciar a uma postura de domínio que era muitas vezes a sua e que o permitia acreditar que ele podia definitivamente “fechar” os registros históricos. Dessa mudança historiográfica resulta uma ampliação do conceito de “tempo presente” que não é mais considerado um simples período adicional mais próximo. O conceito remete em sua acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo, ou ainda, apresenta um sentido para nós do contemporâneo não contemporâneo. A noção de “tempo presente” se torna nesse contexto um meio de revisitação do passado e de suas possíveis certezas, como também as possíveis incertezas. (DOSSE, 2012, pg. 11)

Um dos ângulos aqui utilizados é o da História do tempo Presente, que faz com que o estudo destes acontecimentos produza um sentido para nós, através da percepção de reverberações do objeto de estudo no nosso momento contemporâneo. E tal percepção não se dá somente a figura direta de Elpídio Barbosa, mas sim de todo o contexto que a envolvia, do qual podem se encontrar permanências nos dias atuais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feita esta análise de algumas fontes acerca do período em que Elpídio Barbosa ocupou o cargo de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, entre 1951 e 1955, cabe agora buscar apresentar algumas considerações sobre a pesquisa até aqui empreendida. Neste momento final do trabalho, torna-se fundamental explicitar onde se chegou com esta produção, ou seja, que motivos, fatores internos e externos guiaram os caminhos para a consecução dessa pesquisa que teve como elementos teórico-metodológicos basilares em diálogo com a história do tempo presente.

Elpídio Barbosa é oriundo de uma camada da sociedade considerada privilegiada, não só pelos recursos econômicos de que dispunha, mas também nas suas relações e posições de importância político-cultural que ocupava. O desenvolvimento da pesquisa evidenciou que o próprio Elpídio também buscava incessantemente adquirir maior relevância na sociedade catarinense, tendo como meio para isto os cargos que ocupava e por consequência, as funções que lhe eram inerentes. A ascensão que ele teve dentro do sistema educacional catarinense mostra isso, já que em um curto período de tempo ele galgou vários cargos neste meio, deixando de ser um professor para chegar a posições como a de Diretor do Departamento de Educação e Secretário de Educação de Santa Catarina e nessa condição (sendo ainda muito novo) ser considerado como uma das bases na implantação de princípios ligados ao movimento da Escola Nova em Santa Catarina, junto com outros intelectuais da educação de grande prestígio.

O estado de Santa Catarina é marcado pela presença de oligarquias familiares no contexto político historicamente. Naquele momento as duas com maior poder eram os Ramos, que lideravam o PSD e os Konder-Bornhausen, que lideravam a UDN. Dentro desta conjuntura, Elpídio Barbosa manteve uma relação próxima e de apoio com os Ramos e por consequência com o PSD. Sua atuação política em Santa Catarina, não se restringe ao seu mandato como Deputado Estadual, ligado ao PSD. De igual maneira, os cargos que ele ocupou dentro do setor administrativo da educação catarinense, tinham um grande peso e não seriam dados a qualquer um, as redes de sociabilidade mantidas e fortalecidas pela sua atuação bem como as relações dentro dos jogos políticos ajudaram nestas conquistas. Os

próprios ideais da Escola Nova e da nacionalização do ensino, que marcam a geração de intelectuais da educação em que ele está inserido, são ideais do governo nacional, que vinham desde meados da década de 30, com Getúlio Vargas no poder, que possuía fortes relações políticas com Nereu Ramos, um dos principais líderes do PSD em Santa Catarina uma liderança política muito próxima de Elpídio Barbosa.

Dessa maneira percebe-se que o político e o educacional não andam distantes, Elpídio Barbosa não deixa de ser um educador para ser político, pelo contrário, já era um político quando ainda ocupava os cargos no setor educacional. E é isso que propõe o título do presente trabalho, “Um Educador – Deputado...”, ou seja, um sujeito que desenvolve uma trajetória de atuações políticas e educacionais, as quais se entrelaçam diretamente em todos os momentos. As questões educacionais são instrumentos do político e por vezes ou caminhos que seguem são em grande parte determinados por ele. Desta forma o mesmo tende a acontecer com seus principais atores, estarem presentes nos dois campos. O político é um campo de difícil delimitação, tendendo a sempre ter uma grande abrangência dentro de uma sociedade, como dito por RÉMOND, 2003:

Com exceção de um núcleo restrito que lhe é inseparável, o político é como esses Estados dos quais a geografia não delineou previamente os contornos e a história não parou de modificar os limites: o político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado: este é um traço das sociedades totalitárias. Ora ele se retrai ao extremo. Essas variações obedecem a necessidades externas; refletem também as flutuações do espírito público. O espaço que o político recorta na realidade global é a resultante dessa conjunção. (RÉMOND, 2003, p. 442-443)

Analisar o seu mandato como Deputado Estadual, não é, portanto, sinônimo de analisar sua primeira atuação política, mas sim o seu primeiro momento de confronto direto com outros atores políticos e com a máquina do governo, no caso o legislativo. Sendo eleito através de expressiva votação direta, Elpídio Barbosa passou a ter naquele momento novas incumbências, para além daquelas em que se encontrava mais resguardado dentro do Departamento de Educação, onde estava entre os seus e era bem visto. Como Deputado Estadual estava entrando em fortes disputas entre o PSD e a UDN dentro da Assembleia Legislativa, nas quais os interesses políticos motivavam fortes embates. A sua não reeleição em 1954, acompanhada de uma grande queda no número de votos entre a primeira e a segunda eleição em que concorreu, tendo recebido 1.020 votos em 1954, consideravelmente menos do que os 4.297 que recebeu nas eleições de 1950, deixam a impressão de que dentro das brigas políticas, Elpídio Barbosa teve sua imagem prejudicada. Nas análises principalmente das discussões que tratavam do projeto acerca da inamobilidade dos

professores do ensino primário, foi possível perceber as fortes tensões enfrentadas por ele, tendo sua elogiada gestão no Departamento de Educação de Santa Catarina, sido posta em xeque. Somado a isto pode-se pensar que sua atuação tão voltada para as questões educacionais tenha sedimentado muito seu eleitorado, restringindo-o classe educadora.

Esta análise da cultura política deste momento permite perceber diversas reminiscências nos dias de hoje, como personagens políticos pertencentes a estes mesmos grupos, pessoas que viveram ou mesmo possuem memórias indiretas destes acontecimentos, personagens que são nomes de ruas, praças, ou mesmo causas e questões defendidas e debatidas naquele contexto que ainda são de alguma forma presente nos dias de hoje. A própria questão do acervo pessoal de Elpídio Barbosa ter sido doado ao IDCH, que é motivo dessa e de outras pesquisas correlacionadas, mostra como acontecimentos presentes influem na escolha de estudo de certos momentos passados. E essa é a proposta da História do Tempo Presente, que é um dos vieses teóricos deste trabalho, que trabalha como escreveu Rousso (2009, p. 208-209) “um passado que ainda está presente”:

É isso que eu chamava uma “História que não passa”, um passado que não passa, que é sempre presente. Esta concepção de que o passado permanece sempre presente nos apresenta um grande debate, que traz discussão e polêmica, pois é um regime de historicização novo. Não há muitos casos na História, no passado, onde se produziu dessa maneira. Entendo que a prática dos historiadores do Tempo Presente não pode ser compreendida fora desse contexto. Não é simplesmente uma maneira de escrever a História Contemporânea, é um pouco mais que isso. Há reconstruções, há o reconhecimento de determinados contextos.

Desta forma concluo este trabalho não com a sensação de ter fechado os estudos acerca do mandato de Elpídio Barbosa como Deputado Estadual, mas de ter ajudado no processo de dar visibilidade a um importante personagem histórico, que ainda não mereceu muito destaque dentro das pesquisas na área de história, sendo mais estudado como educador e, como tal, ligado ao campo da pedagogia.

Pesquisar em vários acervos, rastrear a presença desse personagem em variadas atividades tem muito a contribuir no conhecimento e a um maior entendimento de tal personagem, neste estudo que utilizou outras lentes para dar visibilidade a outros campos de atuação do Professor Elpídio Barbosa, como um educador deputado e como um deputado educador.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Da história detalhe a história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. In: **Locus, Revista de História**. 2004, v. 10, n. 2, p. 53-72.
- BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo, Editora Contexto, 2008, p. 23-79.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Org. RIOUX, Jean-Pierri; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. 1998, Editorial Estampa, p. 349- 363.
- \_\_\_\_\_. Os partidos. In: RÉMOND, René. (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 57-98.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Org. FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed, 2006, Fundação Getúlio Vargas, p. 183-191.
- BRASIL. Decreto-Lei n.º 8.529 de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>> Acesso em 17/10/2015.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. 1990, Editora da UFSC.
- CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.
- COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 331-363.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. **Armadilhas da Sedução**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 1999.
- DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. In: **Revista Tempo e Argumento**. 2012, v. 4, n. 1, p. 5-22.
- FAVARIN, Thaís Cardozo. **Aos professores, essas páginas: Práticas e representações na Revista Educação (Santa Catarina - 1936-1937)**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC.
- FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: Ensino público e política de assimilação cultural no estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano**. 2ª ed, 1991, Editora da UFSC.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- GENTIL, Flávio Welker Merola. **Conteúdo do 2º tomo: Entre memórias e experiências de Elpídio Barbosa na Inspeção Escolar (Santa Catarina 1930-1940)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Florianópolis, SC. UDESC. 2013.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. 1983, Editora da UFSC.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: Org. FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed, 2006, Fundação Getúlio Vargas, p. 167-182.

LINS, Zenilda Nunes. **FUCAPRO: História e Dimensão Social**. Florianópolis, EDEME, 1996.

MONTEIRO, Jaecyr. **A nacionalização do ensino em Santa Catarina**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1983.

PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 295-330.

RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 37-55.

\_\_\_\_\_. Do político. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 441-450.

ROUSSO, Henry. **Sobre a História do Tempo Presente**: Entrevista com o historiador Henry Rousso. In: Revista Tempo e Argumento. 2009, v. 1, n.1, p. 201-216.

SANTA CATARINA, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Relatório do deputado Elpídio Barbosa sobre o sector educacional catarinense, no período de 1940-1950. Florianópolis, 1951.

SANTA CATARINA, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Anais de 1951-1954. Florianópolis, 1951-1954.

SANTA CATARINA, Resenha Eleitoral das Eleições de 1950. Tribunal Regional Eleitoral, ano III, nº 25-26.

SANTA CATARINA. Decreto-Lei Estadual n.º 298 de 18 de novembro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1946a.

SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação Decreto n.º 3.735, de 17 de dezembro de 1946. Estabelece o regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina. Departamento de Educação. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1946b.

SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. Decreto n.º 3.733, 12 de dezembro de 1946. Estabelece o regulamento para o serviço de Inspeção Escolar do Estado de Santa Catarina. Departamento de Educação. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1946c.

SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. Decreto-Lei Estadual n.º 3.732 de 12 de dezembro de 1946. Programas para os

Estabelecimentos de Ensino Primário no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1946b.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: Org. RIOUX, Jean-Pierri; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. 1998, Editorial Estampa, p. 259-279.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais**. In: RÉMOND, René. (org.) Por uma história política. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 231-269.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. (org). **Professor Areão: Experiências de um "bandeirante paulista do ensino"** em Santa Catarina (1912-1950). Florianópolis. Editora Insular, 2014.

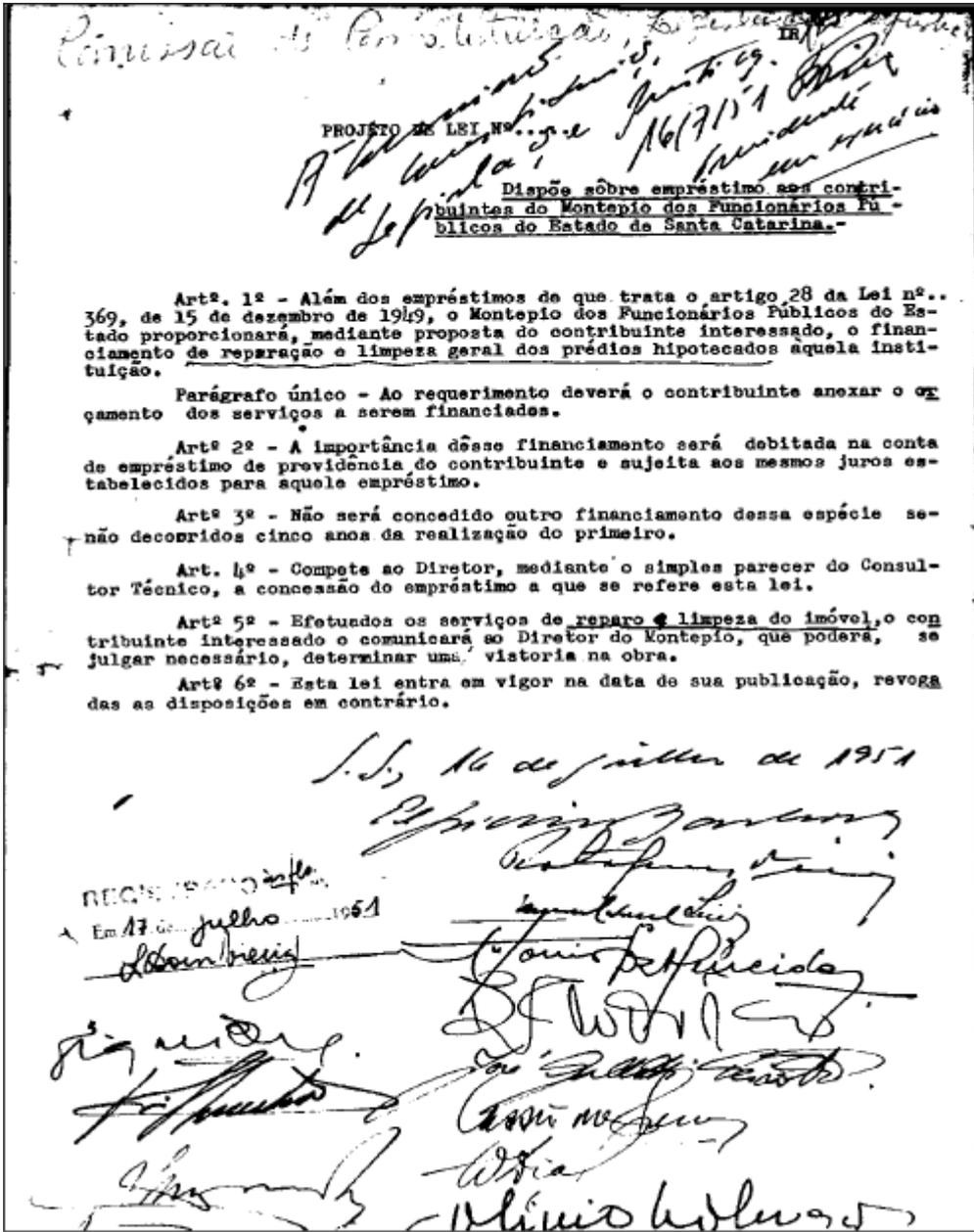
WERNECK DE PAULA, Maria Fernanda Batista Faraco. Dois manuais escolanovistas para docentes: os conceitos de leitura e escrita que ecoam de Aguayo.(Santa Catarina -1946-1949). II SIHELE - **Seminário Internacional sobre História do Ensino de Leitura e Escrita**. Belo Horizonte/ Julho 2013. (Texto Impresso).

WERNECK DE PAULA, Maria Fernanda Batista Faraco. **Escola Nova em manuais didáticos de Alfredo Miguel Aguayo** (Santa Catarina 1942-1946). Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis (SC).UDESC. 2015.





ANEXO C – Projeto de Lei 90/51, de autoria de Elpídio Barbosa, que dispõe sobre empréstimo aos contribuintes do Montepio dos Funcionários Públicos do Estado de Santa Catarina.



(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO D – Projeto de Lei 125/51, de autoria de Elpídio Barbosa, que considera de utilidade pública à Associação Espírita “Berço de Jesus”, de Florianópolis.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI N. 125/51

PROCEDÊNCIA: Parlamentar Relator:

(Autor: Deputado Elpídio Barbosa) DEP. Francisco

PUBLICADO NO DIÁRIO DA ASSEMBLEIA N. . de de 195

OBJETO

Considera de utilidade pública a Associação Espírita “Berço de Jesus”, de Florianópolis.

PROVIDENCIADO  
Em 21 de agosto de 1951  
Encarregado de Expediente

Data da entrada 21 de agosto de 1951 com o Ofício N.

Transformado na Lei N. . de de da 195

Encaminhado a . com o Ofício N.

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO E – Projeto de Lei nº 192/51, de autoria de Elpídio Barbosa, que dispõe sobre promoções de oficiais da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Fls. 2  
5"

*Al. Comissão de  
Finanças e Trib.  
26-9-51  
J. S. Barbosa*

PROJETO DE LEI Nº 192/51

Dispõe sobre promoções de oficiais da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Reunir-se-á a Comissão de Promoções da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, no prazo de quarenta e oito horas, a contar da data em que se verificarem vagas, em qualquer dos quadros de oficiais, pelos motivos seguintes:

- a) declaração de aspirantes;
- b) preenchimento de vagas abertas por supressão de postos, com consequente criação de postos mais elevados em seus lugares;
- c) quando se derem vagas em consequência de aumento de efetivo, por morte, promoção, passagem para a reserva remunerada, reforma, devendo, nestes casos, ser observados, rigorosamente, os interstícios legais.

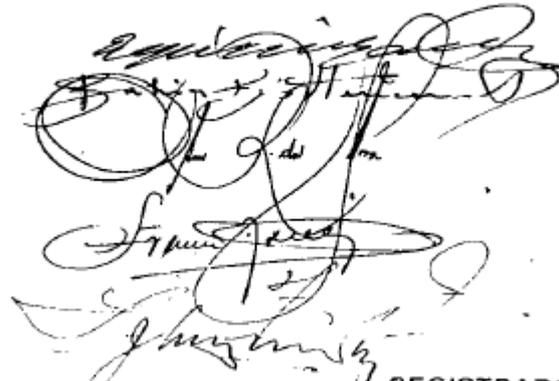
Art. 2º - Os trabalhos da Comissão de Promoções deverão estar terminados no prazo improrrogável de cinco dias. Findo este, deverá o Comando Geral, que é o seu presidente, remeter as propostas ao Chefe do Poder Executivo, por intermédio da Secretaria competente, a fim de serem assinados os atos de promoções.

Parágrafo único - As promoções serão feitas em 2 de janeiro, 21 de abril, 5 de maio, 23 de julho, 25 de agosto, 7 de setembro e 15 de novembro.

Art. 3º - A falta de cumprimento de qualquer dispositivo da presente Lei, assegura ao interessado o direito de recursos administrativo e judicial.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

S.S., 25 de setembro de 1951.



REGISTRADO <sup>no fls.</sup> 190  
Em 28 de setembro 1951  
*Al. Barbosa*

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO F – Parecer sobre o projeto de Lei nº 10/52 de autoria de Elpídio Barbosa, que considera de utilidade pública a Sociedade Amigos do Estreito.

Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Assunto: Projeto de lei nº 10/52 (Considera de utilidade pública a Sociedade Amigos do Estreito)

Relator : Lenoir Vargas Ferreira

Parecer

Objetiva o projeto de lei nº 10/52 de autoria do ilustre deputado Elpídio Barbosa, considerar de utilidade pública a Sociedade Amigos do Estreito, com sede, no sub-distrito do Estreito, município de Florianópolis.

Com elementos que permitem um exame da matéria verificamos :

- 1) que a instituição se destina a colaborar com os Poderes públicos, prestando das autoridades competentes, auxílio quanto ao progresso moral e material do "sub-distrito".
- 2) que "no caso de dissolução o patrimônio social revertará em benefício de instituição de caridade".
- 3) que vedação, quanto a atividades político-partidárias, religiosas ou raciais, a Sociedade adquiriu personalidade jurídica em 12 de Junho de 1951;
- 4) que sua diretoria não é remunerada.

Nada encontramos de inconstitucional ou que desaconselhe por inconveniente, a aprovação do presente projeto de lei. Somos assim, favoráveis à sua aprovação.

S.C. 15 de Julho de 1952

*Luiz Gonzaga*  
Relator

*APROVADO POR UNANIMIDADE*

*Parecer nº 10/52 S.C. 17/7/52*

*Luiz Gonzaga*  
*Luiz Gonzaga*  
*Luiz Gonzaga*  
*Luiz Gonzaga*  
*Luiz Gonzaga*

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO G – Parecer sobre o Projeto de Lei nº 12/52 de autoria de Elpídio Barbosa, que considera de utilidade pública à Sociedade Criciumense de Assistência aos Necessitados, com sede na cidade de Criciúma.

MLP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO Nº 12/52

Encontra-se, agora, em condições de ser apreciado, com êxito, o presente projeto de lei nº 12/52.

Digo, agora, em virtude de ter o digno autor do projeto completado a instrução de mesmo, conforme seu ofício e documentos que anexo ao presente parecer.

Do exame do projeto concluo estar o mesmo em condições de ser aprovado pelo plenário, quanto à sua constitucionalidade.

No mérito, também, sou favorável.

Sala das Comissões, 17/6/52

(a) Vargas Ferreira.  
Relator

APROVADO O PARECER SUPRA.

17/6/52

(as) Volney Colaço de Oliveira  
Walter Tenório Cavalcanti  
Ribas Ramos  
Estivalet Pires.

ANEXO H – Projeto de Lei nº 13/52, de autoria de Elpídio Barbosa, que considera de utilidade pública o Tênis Clube “Boa Vista”, com sede em Joinville.

H

ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

**PROJETO DE LEI N. 13/52**

ORIGEM: Parlamentar Relator:

Deputado Elpídio Barbosa DEP. \_\_\_\_\_

CADASTRO NO DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA N. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 195

**OBJETO**

*... considera de utilidade pública o Tênis Clube "Boa Vista", com sede em Joinville.*

Entrada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1952, com o Ofício N. \_\_\_\_\_

Formado na Lei N. \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 195

Assinado à \_\_\_\_\_, com o Ofício N. \_\_\_\_\_

Lado em: \_\_\_\_\_

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO I – Projeto de lei nº 17/52, de autoria de Elpídio Barbosa, que considera de utilidade pública a Sociedade Divina Providência, com sede na cidade de Florianópolis.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

*111*  
*17/52*

**PROJETO DE LEI N. 17/52**

CLASSIFICAÇÃO: Parlamentar Relator:

Deputado: Elpídio Barbosa DEP. \_\_\_\_\_

INSCRITO NO DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA N. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 195 \_\_\_\_\_

**OBJETO**

*Considera de utilidade pública a Sociedade Divina Providência, com sede na cidade de Florianópolis.*

**PROVIDENCIADO**

*Lei 224 de 3 de 7 de 1952*

*Encarregado:* \_\_\_\_\_

Protocolada em \_\_\_\_\_ com o Ofício N. \_\_\_\_\_

Inscrita na Lei N. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 195 \_\_\_\_\_

Protocolada em \_\_\_\_\_ com o Ofício N. \_\_\_\_\_

em 22/12/53.

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO J – Parecer sobre o Projeto de Lei nº 18/52 de autoria de Elpidio Barbosa, que considera de utilidade pública a Associação Catarinense de Combate ao Câncer, com sede em Florianópolis.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Projeto de Lei nº 18/52  
Relator: Nelson Rosa Brasil  
Florianópolis, 7 de maio de 1952

Sr. Presidente,

Ao exame desta douta Comissão o projeto de lei nº 18/52, que visa considerar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE COMBATE AO CANCER, com sede nesta Capital, e de autoria do nobre Deputado Elpidio Barboza.

O projeto vem acompanhado dos estatutos da Associação e da respectiva certidão de registro, extraída do Cartório de Registro de Títulos e Documentos, documento esse que lhe assegura a personalidade jurídica.

Todavia, em defesa da tese que, ainda ontem, sustentámos, ao relatar na Comissão de Educação e Cultura, o projeto nº 20/52, versando matéria idêntica e cujo parecer, data venia, incluímos cópia. Lembramos ~~que outras~~ não terem sido preenchidas, no caso em apreço, as exigências previstas nas alíneas b) e c), do Artº 1º, da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que, supletivamente, entendemos aplicável à espécie, na ausência de Lei estadual normativa.

Nestas condições, considerando as nobres e altruísticas finalidades a que se propõe a Associação Catarinense de Combate ao Câncer, não obstante continuemos sustentando o ponto de vista de que as proposições dessa natureza devam ser provocadas pelos legítimos interessados - no caso a digna e culta diretoria de Associação - queremos declarar, desde já, que somos favoráveis à medida, opinando, no entanto, seja o projeto em apreço restituído ao nobre deputado Elpidio Barboza, a fim de que S. Excia. se digne não só instruí-lo devidamente, como, tem bém, dar ao Artº. 2º a redação seguinte: "Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Deste o nosso parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 7 de maio de 1952

*Nelson Rosa Brasil*  
Nelson Rosa Brasil - Relator

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO K – Projeto de Lei nº 19/52, de autoria de Elpidio Barbosa, que considera de utilidade pública a Caixa Telegráfica Beneficente de Santa Catarina, com sede na cidade de Florianópolis.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1158

**PROJETO DE LEI N. 19/52**

PROCEDÊNCIA: Parlamentar Relator: \_\_\_\_\_

(Autor: Deputado Elpidio Barbosa) DEP. \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA N. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 195 \_\_\_\_\_

**OBJETO**

Considera de utilidade pública a Caixa Telegráfica Beneficente de Santa Catarina, com sede na cidade de Florianópolis.

PROVIDENCIADO  
Lei 1158 de 11 de 11 de 1952

Data da entrada 18-4-52

Transformado na Lei N. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Encaminhado à \_\_\_\_\_

Arquivado em \_\_\_\_\_

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA  
Diretoria do  Biblioteca e Arquivo  
ARQUIVAMENTO  
 Diretoria do  Biblioteca e Arquivo  
A PUBLICAÇÃO

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO L – Projeto de Lei nº 21/52, de autoria de Elpidio Barbosa, que considera de utilidade pública o Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

**PROJETO DE LEI N. 21/52**

Parlamentar Relator:

autor Elpidio Barbosa DEP.

Nº DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA N. . . . . de . . . . . de . . . . . 195 . . . . .

**OBJETO**

*Considera de utilidade pública o Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis*

**PROVIDENCIADO**  
*Lei n. 152 de 18 de 9 de 19 52*  
Encargado do Expediente

data *18 de abril de 1952* com o Ofício N. . . . .

na Lei N. . . . . de . . . . . de . . . . . de 195 . . . . .

à . . . . . com o Ofício N. . . . .

*10/11/53.*

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO M – Projeto de Lei nº 26/52, de autoria de Elpídio Barbosa, que emite apólice em favor da Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina.

 ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

**PROJETO DE LEI N. 26/52**

PROCEDÊNCIA: Parlamentar Relator:

Autor: Deputado Elpídio Barbosa e outros DEP.

PUBLICADO NO DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA N. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 195

:O

*Emite apólice em favor da  
Fundação Casa dos Professores de Santa  
Catarina.*

**PROVIDENCIADO**  
Lei n. 700 da 11 de 11 de 19 52  
*[Signature]*  
Encarregado de Expediente

Data da entrada 25-4-52 com o Ofício N. \_\_\_\_\_

Transformado na Lei N. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 195

Encaminhado à \_\_\_\_\_ com o Ofício N. \_\_\_\_\_

Arquivado em 4/8/52  
*M. Regina*  
*delegada*

*[Signature]*  
11/11/52  
11/11/52

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO N – Projeto de Lei nº 44/52, de autoria de Elpidio Barbosa, que considera de utilidade pública à Sociedade “A Casa das Meninas”, com sede na cidade de Florianópolis.

 **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

*Rep. Elpidio Barbosa  
Florianópolis  
Assinatura nº 44/52  
29/4/52*

**Projeto de lei nº**  
**Considera de utilidade pública a Sociedade**  
**"A Casa das Meninas".**

**Art. 1º - É considerada de utilidade pública a Sociedade "A Casa das Meninas, com sede na cidade de Florianópolis.**

**Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**S.S., 29 de abril de 1952.**

*Elpidio Barbosa*  
Autor

**Assinatura Legislativa do Estado**  
Protocolo nº 29/4 de mês abril  
nº 463  
*Auto*

**DECRETADO** (fl. 576)  
Em 29 de abril 1952  
*Rute Manges*

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO O – Projeto de Lei nº 45/52, de autoria de Elpídio Barbosa, que considera de utilidade pública à Associação das Damas de Caridade da Paróquia de Nossa Senhora do Desterro.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

**PROJETO DE LEI N. 45/52**

PROCEDÊNCIA: Parlamentar Relator: \_\_\_\_\_

(Autor: Deputado: Elpidio Barbosa) DEF. \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA N. \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 195 \_\_\_\_\_

**OBJETO**

Considera de utilidade pública a Associação das Damas de Caridade da Paróquia de Nossa Senhora do Desterro.

Data da entrada 29-4-52 com o Ofício N. \_\_\_\_\_

Transformado na Lei N. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 195 \_\_\_\_\_

Encaminhado à \_\_\_\_\_ com o Ofício N. \_\_\_\_\_

Arquivado em \_\_\_\_\_

PROVIDENCIADO  
Lei n. 758 de 6 de 10 de 52  
Melo  
Barragem de Expediente

Arquivo: 2/2/52  
30/9/62  
Comun. Public. 201/5153  
J. S. Silva

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO P – Projeto de Lei nº 154/52, de autoria de Elpídio Barbosa, que isenta de impostos à Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

*Fls. 2  
Barbosa*  
*Projeto de Lei nº 154/52*  
*Isenta de impostos a Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina.*  
*20/8/52*  
*Elpídio Barbosa*  
*Walter Tereza Cavalcanti*

Isenta de impostos a Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina.

Art. 1º - As aquisições pela Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina de imóveis para instalação dos seus serviços ficarão isentas do pagamento de transmissão de propriedade inter vivos.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

S.S., 20 de agosto de 1952.

*Elpídio Barbosa*  
*Walter Tereza Cavalcanti*  
*Bárcia B. H.*  
*Octávio Moreira*  
*Ely Miriam P. M.*  
*Luiz Augusto*

REGISTRADO *Fls. 121(2)*  
Em *20* agosto 1952

*Elpídio Barbosa*

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO Q – Projeto de Lei nº 189/52, de autoria de Elpídio Barbosa, que regula o desconto em folha dos meses de novembro e dezembro do corrente ano.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

*Um regime de urgência*

**PROJETO DE LEI N. 189/52**

PROCEDÊNCIA: Parlamentar Relator:

(Autor: Deputado Elpidio Barbosa DEP. \_\_\_\_\_)

PUBLICADO NO DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA N. \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 195\_\_

**OBJETO**

*Regula o desconto em folha nos meses de novembro e dezembro do corrente ano.*

**PROVIDENCIADO**

*Lei n. 297 de 3 de 11 de 1952*

*[Assinatura]*  
 Encarregado de Expediente

Data da entrada 18-9-52, com o Ofício N. \_\_\_\_\_

Transformado na Lei N. \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 195\_\_

Encaminhado à \_\_\_\_\_, com o Ofício N. \_\_\_\_\_

Arquivado em Outubro 31/10/52

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO R – Parecer sobre o Projeto de Lei nº 23/53 com participação de Elpídio Barbosa, que dispõe sobre a aposentadoria de oficiais de justiça.


**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

*fls 4*  
*Barbosa*

**PARECER N. 23/53**

Os nobres deputados, sr. Elpídio Barbosa e Lenoir Vargas Ferreira, apresentaram o projeto de lei que tomou o n. 23/53 e que dispõe sobre a aposentadoria de oficiais de justiça.

Na justificação, os ilustres autores do projeto, fixam, com exatidão, os motivos determinantes de sua iniciativa que, de fato, focaliza uma situação merecedora de reenquadramento.

Acontece, porém, que a matéria constante do projeto é peculiar à Lei de Organização Judiciária, que a prevê pelo seu art. 319, estabelecendo que "a aposentadoria dos serventários e funcionários da Justiça, que recebem vencimentos de cofres públicos é regulada pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado."

Sabemos todos, que pela Constituição Estadual (art. 64, parágrafo único,) a Organização Judiciária é inalterável, dentro de cinco anos da data da Lei que a estabeleceu, de modo que não nos parece possível, em face do preceito citado, regular-se a aposentadoria dos oficiais de justiça por lei especial.

Haveria, sem ferir a prerrogativa judiciária, a possibilidade de alterar-se o Estatuto dos Funcionários, matéria da competência do Legislativo, e, então, teríamos mantido o dispositivo do art. 319 da Lei 634, de 4 de janeiro de 1952 e, ao mesmo tempo, a justa finalidade do projeto em exame.

Daf, o nosso parecer no sentido de que, tal como se encontra, é o projeto inconstitucional.

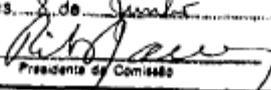
Sala das Comissões, em 8 de junho de 1953.

  
 João José de Sousa Cabral  
 Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Vista ao sr. deputado *Barbosa*

Sala das Comissões, *8* de *Junho*, de 19*53*

  
 Presidente da Comissão

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO S – Projeto de Lei nº 104/53, de autoria de Elpídio Barbosa, que considera de utilidade pública à Sociedade de Amparo à Velhice.

*Fls. 2.*  
*Administrativa*

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

*Florianópolis, 11/3*

PROJETO DE LEI Nº *27*

Considera de utilidade pública a Sociedade de Amparo à Velhice.

Art. 1º - É considerada de utilidade pública a Sociedade de Amparo à Velhice, com sede na cidade de Florianópolis.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

S.S., 27 de julho de 1953.

**REGISTRADO** Fls. N. 4269  
Em 27 de julho de 1953

*Elpídio Barbosa* Deputado. *Luiz Antônio de Souza* Funcionário

**JUSTIFICAÇÃO**

É de interesse social a instituição, para a qual se solicita o regime de utilidade pública.

2. Além do seu principal objetivo - amparo à velhice - cumpre o seu destino de socorro aos necessitados, inclusive o seu internamento em asilos ou hospitais.

3. Põe-se em relevo o propósito da construção de um estabelecimento a que se refere o artigo 2º do seu estatuto.

4. Em apenso: a) estatuto, publicado no Diário Oficial de 21 de novembro de 1952; b) prova de personalidade jurídica; c) declaração de a sua diretoria não perceber qualquer remuneração.

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO T – Justificação do Projeto de Lei nº 28/54, de autoria de Elpídio Barbosa, que considera de utilidade pública a Beneficência dos Professores de Santa Catarina.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

J U S T I F I C A Ç Ã O

Apresentamos à consideração da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina projeto de lei, que reconhece de utilidade pública a **BENEFICÊNCIA DOS PROFESSORES DE SANTA CATARINA**.

2. Foi a Beneficência dos Professores de Santa Catarina fundada em 10 de outubro de 1947, pelo Decreto nº 101, que aprovou o seu Estatuto.

3. Nascida sob o signo de congregar o professorado barriga-verde, em termos de solidariedade social cristã, a Beneficência dos Professores de Santa Catarina vem se revelando como expressão do quanto pode a união através de uma idéia compreendida, sentida e assimilada.

4. Entenderam e atenderam os professores de Santa Catarina o sentido da sua Beneficência e à sombra amiga desse ideal eminentemente cristão vieram integrar-se, para viverem e comungarem no esforço comum de bem servirem à sua classe.

5. A Beneficência dos Professores surgiu como anelo espontâneo dos mestres catarinenses.

6. Idéia, sem lideranças pessoais, a Beneficência dos Professores de Santa Catarina resguardou ao professor o futuro da sua família no instante penoso do final da sua existência.

7. Revelou-se a Beneficência dos Professores de Santa Catarina em um trabalho de harmoniosa coesão, tornando-se, cada vez mais, esse enorme todo que vem realizando a magnífica tarefa de assistência aos educadores em terras catarinenses.

8. Espelhou-se, e bem, o velho anaxim - A UNIÃO FAZ A FÔRÇA - nesse êxito extraordinário e comovedor que é a vitoriosa Beneficência dos Professores de Santa Catarina, com um quadro atual superior a sete mil e duzentos associados.

9. Com uma contribuição mensal de três cruzeiros (Cr\$3,00), a Beneficência dos Professores de Santa Catarina já pagou oitenta e oito pecúlios no valor total de Cr\$728.900,00 (setecentos vinte e oito mil e novecentos cruzeiros).

10. O pecúlio vigente é de nove mil e quinhentos cruzeiros ... (Cr\$9.500,00), o que é superlativamente expressivo, tendo em vista a mensalidade base de três cruzeiros (Cr\$3,00).

11. Desapareceu, para o professorado catarinense, a interrogação-angústia, no enfrentar, financeiramente, os inevitáveis finais dolorosos passos.

12. Deu o magistério catarinense exemplo de prática cristã, ao unir-se, de corpo e alma, a sua Beneficência.

13. A diretoria da Beneficência dos Professores de Santa Catarina

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

é exercida por membros natos do magistério estadual, que, por isso mesmo, nada percebem pelo exercício dos cargos da diretoria.

14. Ao entregarmos à Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina o projeto de lei que considera de utilidade pública a Beneficência dos Professores de Santa Catarina, com a assinatura de todos os deputados, desejamos render, com o projeto em tela, aos professores catarinenses, as nossas homenagens e os nossos aplausos.

Florianópolis, 10 de maio de 1954.

*Elpídio Barbosa*

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO U – Projeto de Lei nº 61/54, de autoria de Elpídio Barbosa, que considera de utilidade pública o Centro Espírita Juvêncio de Araujo Figueiredo.

 **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

*Projeto de Lei nº 61/54*

*ps. 2*

**PROJETO DE LEI Nº**  
**Considera de utilidade pública o Centro Espírita**  
**Juvêncio de Araujo Figueiredo.**

Art. 1º - É considerado de utilidade pública o Centro Espírita Juvêncio de Araujo Figueiredo, com sede na cidade de Florianópolis.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

S.S., 2 de Junho de 1954

*Elpídio Barbosa*

Em anexo: 1) Estatuto;  
 2) Prova de personalidade jurídica (certidão do Registro Civil Títulos e Documentos)  
 3) Declaração de que a sua diretoria trabalho, sem recompensa econômica (não percebe vencimento, nem remuneração alguma)

**REGISTRADO** n.º 180  
 Em 2 de 6 de 1954

*Paulo Borges*  
 Funcionário

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO V – Projeto de Lei nº 152/54, de autoria de Elpídio Barbosa, que considera de utilidade pública a Escola Técnica de Comércio Senna Pereira.

PROJETO DE LEI Nº *152/54*  
Considera de utilidade pública.

Art. 1º - É considerada de utilidade pública a Escola Técnica de Comércio Senna Pereira, com sede no sub-distrito do Estreito, cidade de Florianópolis.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

S.S., 26 de outubro de 1954.

Elpídio Barbosa - deputado.

*Projeto de Lei nº 152/54  
de autoria de Elpídio Barbosa  
de 26/10/54*

REGISTRADO FLS. N.º 34

Em 20 de 10 de 1954

*Elpídio Barbosa*  
funcionário

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO W – Projeto de Lei nº 167/54, de autoria de Elpídio Barbosa, que considera de utilidade pública o Anuário Catarinense.

PROJETO DE LEI Nº 167/54

Considera de utilidade pública.

*De f. a 6. de.*  
*de 12-11-54*  
*J. S. Barinowski*

Art. 1º - É considerado de utilidade pública o Anuário Catarinense.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

S.S., 12 novembro 1954.

*Elpídio Barbosa* - deputado

Anuário Catarinense, agora no sétimo ano, é a mais duradoura publicação do gênero em terras de Santa Catarina.

Merece aplausos essa publicação que tem por escôpo transformar-se em uma espécie de arquivo das múltiplas gradações ascensionais da vida catarinense.

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO X – Projeto de Lei nº 176/54, de autoria de Elpídio Barbosa, que considera de utilidade pública a Associação Espírita Fé e Caridade, com sede e foro na cidade de Florianópolis.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Em 19 de 11 de 1954  
Doutor Afonso Camelli  
Fiscalizador

PROJETO DE LEI N. 176/54

PROCEDÊNCIA: Parlamentar Relator:

(Autor: Deputado Elpídio Barbosa) DEP.

PUBLICADO NO DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA N. \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 195\_\_\_\_\_

**OBJETO**

*Considera de utilidade pública a Associação Espírita Fé e Caridade, com sede e foro na cidade de Florianópolis.*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA  
Diretoria da Biblioteca e Arquivo

PR. VIGORANDO  
Lei 176 de 30 de 11 de 1954  
Cam. de Santa Catarina

ARQUIVAMENTO  
Resolução - Arquivada  
com o Ofício N. \_\_\_\_\_

Data da entrada 14/11/54

Transformado na Lei N. \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 195\_\_\_\_\_

Encaminhado à Comissão de Justiça, com o Ofício N. \_\_\_\_\_

Arquivado em \_\_\_\_\_

**A PUBLICAÇÃO**  
em 13 de 1 de 1954  
Afonso Maria Camelli

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO Y – Projeto de Lei nº 177/54, de autoria de Elpídio Barbosa, que considera de utilidade a Beneficência Maçônica de Santa Catarina, sediada em Florianópolis.

*Elpidio Barbosa*

Projeto de lei nº 177/54  
 Considera de utilidade público.

Art. 1º - É considerada de utilidade pública a Beneficência Maçônica de Santa Catarina, sediada em Florianópolis.  
 Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
 S.S., 13 de novembro de 1954.

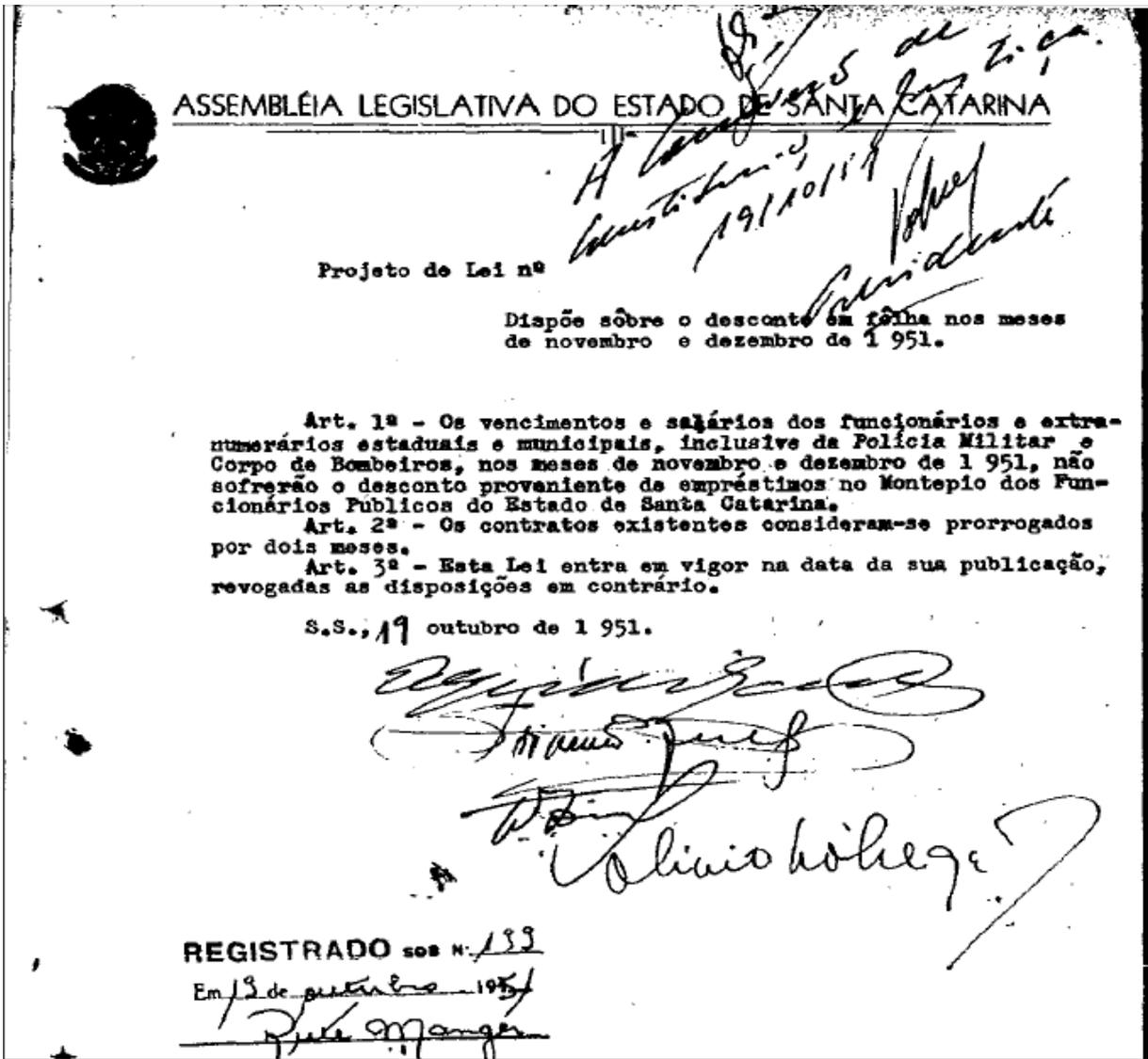
*Elpidio Barbosa*

*Revisado por  
 A. L. ...  
 de Justiça  
 14-11-54*

*[Signature]*

(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

ANEXO Z – Projeto de Lei nº 213/51, de autoria de Elpidio Barbosa, que dispõe sobre o desconto em folha nos meses de novembro e dezembro de 1951.



(Arquivo digital do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina)